

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 55.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 24 de Maio de 1972**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielso Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carrazai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pírtio Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão, e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias e Igo Losso (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

MENSAGEM 16/72 Curitiba, 28 de abril de 1972  
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de Convenio celebrado em 25 de fevereiro de 1970, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
 Governador do Estado

**TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO, DE CLÁUSULAS DO CONVENIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURITIBA E O ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO "JARDIM BOTANICO":**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes as partes de um lado o Município de Curitiba, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. Omar Sabbag e de outro lado o Estado do Paraná representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Oscar Felipe Loureiro do Amaral, foi assinado o presente Termo aditivo de retificação e ratificação de cláusula que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A cláusula segunda (2a.) do Convenio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná passará a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O Estado do Paraná se obriga: Iniciar o imediato levantamento da vegetação arbórea existente, para a conveniente planificação dos passeios, permitindo destarte o aproveitamento máximo da vegetação natural e facilitando assim, a introdução de novas espécies, lá não ocorrentes; II — promover a dotação da importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), no exercício financeiro de mil novecentos e setenta (1970) para aplicação específica ou aparelhamentos; instalações e obras previstas no referido Convenio, cuja importância correrá por conta da Dotação 70—3.7—60—03—0 Consignação 3.1.4.0 Sub Consignação 3.1.4.0.17, do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural, empenhado na Contadoria Seccional da Secretaria da Agricultura sob o n.º 675-70 e na Contadoria Central do Estado sob n.º 6.739; III — promover para o exercício de mil novecentos e setenta e um (1971), na proposta orçamentária a ser elaborada, uma dotação de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e para os exercícios seguintes igual quantia, sempre acrescida de mais 20% (vinte por cento) para o mesmo fim.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica instituída a Cláusula Quarta, com a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA:** A execução do convenio ficará a cargo do Diretor do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural.

**CLÁUSULA QUINTA:** Todas as demais cláusulas continuarão em pleno vigor. E, para constar, foi lavrado o presente termo aditivo de retificação e ratificação de cláusulas do convenio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná, que depois de lido e achado conforme vai por todos assinado, duas testemunhas.

Prefeito Municipal de Curitiba  
**OSCAR FELIPE LOUREIRO DO AMARAL**  
 Secretário da Agricultura

Testemunha  
 (Assinatura Illegível)  
 Sec. Jurídica 15-09-70  
 Setor de Contratos  
**Leozair Alves Ferreira**  
 Responsável

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 17,72 Curitiba, 28 de abril de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar

à União, para uso do Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá.

A medida submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa visa dar atendimento a solicitação formulada pelo Ministério da Marinha, através da Capitania dos portos do Estado do Paraná, no sentido da regularização de áreas já doadas ao referido Ministério, conforme leis estaduais nos 2.372, de 22 de março de 1955 e 2.574, de 25 de janeiro de 1956. Nova lei em virtude do equívoco havido pela Donataria na ocupação da questionada área, cuja situação será definida e regularizada através de medida por proposta, que corrobore a correta descrição do imóvel doado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União Federal, para uso do Ministério da Marinha, um terreno de forma retangular com 49,00 metros de frente para a rua Antonio Pereira e 83,00 metros para a rua Professor Cleto, da cidade de Paranaguá, com área total de 4.076,80 metros quadrados.

Art. 2.º — Ficam revogadas as leis de n.º 2.372, de 22 de março de 1955 e 2.574, de 25 de janeiro de 1956.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 19-72

Curitiba, 5 de maio de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio celebrado em 25 de janeiro do corrente ano, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Planalto, objetivamente a instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Termo de convenio que entre si fazem de um lado a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e de outro a Prefeitura Municipal de Planalto, para instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Derivados.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura presente de um lado, o Dr. Roulien Basaglia, titular da Pasta e de outro o Sr. Oswaldo Hoffmann, Prefeito Municipal de Planalto, deste Estado, devidamente autorizado pela lei n.º 240-72 da Câmara Municipal, celebrar o presente convenio perante as autoridades, doravante denominados respectivamente de Secretaria e Prefeitura, perante as testemunhas instrumentárias de praxe, para instalação naquele Município, de um Posto de Revenda de Produtos Agropecuários, na forma que se segue:

**Cláusula Primeira:** — Objeto do Convenio — O objeto deste convenio é a instalação, no Município de Planalto, de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários, a agricultores e criadores do Município.

**Cláusula Segunda:** — Das Obrigações dos Convenientes — As obrigações dos convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em: I — Da Secretaria: a) — Instalar um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários a agricultores e criadores do Município de Planalto; b) — Tomar as providências cabíveis de renovação de estoque dos produtos agropecuários, de tal maneira que possa atender a demanda natural; II — Da Prefeitura: a) — Fornecer imóvel destinado à instalação e funcionamento do Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários e agricultores e criadores do Município; b) — No caso de locar o imóvel, pagar a locação com recursos próprios; c) — Efetuar ampliações ou adaptações no imóvel cedido, à medida que o serviço do Posto for exigido, pelo seu crescimento futuro; d) — Fazer doação de um conservador comercial (geladeira) para a manutenção de vacinas e outros produtos que exijam câmara frigorífica; e) — Ceder funcionários para responder pela Chefia do Posto Rural de Revenda, sem onus para a Secretaria.

**Cláusula Terceira:** — Do Prazo e Vigência — O prazo de duração do presente Convenio é de cinco anos podendo ser renovado por igual período, de trinta dias antes do término, não houver manifestação em contrário de qualquer dos convenientes. Sua vigência entretanto terá início a partir da publicação, respectivamente em Diário Oficial do Estado e órgão oficial do Município.

**Cláusula Quarta:** — Do Aditamento e da Rescisão — Este convenio, durante sua vigência, poderá ser alterado, mediante termos aditivos. De igual, a qual, quer tempo poderá ser rescindido, desde que, previamente, com antecedência de sessenta dias seja denunciada a cláusula inadimplida. Para firmeza e validade do que se espitou, assinam, no presente, duas testemunhas instrumentárias, em quatro vias de igual teor.

(aa) Dr. Roulien Basaglia — Secretário da Agricultura  
 Oswaldo Hoffmann — Prefeito Municipal

1 a Testemunha — ...

2 a Testemunha — ...

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 20,72

Curitiba, 11 de maio de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 4 de novembro de 1971, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a execução dos serviços de construção e conservação das vias de acesso à Curitiba, conforme especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a.) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado



Convênio que firmam entre si o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, na forma abaixo:

1. — **PARTES** — O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, com sede nesta cidade de Curitiba, daqui por diante denominado DER/PR., representado pelos seus Diretores, Geral, Engenheiro Wilson Ribeiro de Souza e Técnico, Engenheiro Maurílio Silva Corrêa, e o Município de Curitiba, a seguir denominado Prefeitura, neste ato representada pelo seu Prefeito, Arquitecto Jaime Lerner, o primeiro autorizado expressamente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, acordaram: em firmar o presente Convênio, mediante delegação de encargos e na forma da legislação em vigor, o qual reger-se-á pelas condições ora estabelecidas, a saber:

2. — **OBJETIVO DO CONVÊNIO** — O DER/PR. e a Prefeitura assumem o encargo da execução dos serviços de construção dos acessos a Curitiba, assim como preendidos:

a) — Construção da Rodovia Avenida Comendador Franco, situada no Município de Curitiba, desde a sua sede, iniciando-se no pátio da estação rodoviária, situada à Avenida Afonso Camargo, até o limite com o Município de São José dos Pinhais, no rio Iguaçu, que lhes faz divisa, em ponto próximo à atual Avenida Salgado Filho;

b) — Construção da Rua Padre Agostinho, ao Norte da sede do Município, considerado acesso da Rodovia BR-227 a Curitiba, iniciando-se nessa rodovia e finalizando na Avenida Cândido Hartman;

c) — Construção da Rodovia Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, que faz acesso à BR-116, ao Norte da sede do Município, à Cidade de Curitiba, entre essa Rodovia BR-116 e a Avenida Paraná;

d) — Construção de viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Avenida Marechal Floriano Peixoto;

e) — Construção do viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Rodovia Avenida Comendador Franco;

f) — Construção do acesso no setor sul da cidade à BR-116, a partir do local denominado Pinheirinho, até a Avenida Sete de Setembro, em duas pistas paralelas às Avenidas Churchill e República Argentina;

g) — Execução do recapeamento da Avenida Salgado Filho, entre a Rua Comendador Roseira e o rio Iguaçu, em toda a sua extensão.

2.1. — Os projetos das obras objeto do presente Convênio serão contratados pela Prefeitura, através do IPPUC, obedecendo as seguintes diretrizes:

2.1.1. — Rodovia Avenida Comendador Franco:

a) — duas pistas contínuas de 7 (sete) metros cada uma;

b) — obediência aos elementos que serão fornecidos pela Companhia Fôrça e Luz do Paraná, para locação da nova linha de transmissão, garantindo-se a devida segurança e proteção de tais torres, em relação ao tráfego e à execução da obra;

c) — as demais características técnicas para as obras complementares serão estudadas em comum entre as partes e aprovadas pelo Diretor Técnico do DER/PR e pelo Diretor do Departamento de Obras do Município, para pronta execução.

2.1.2. — Na Rua Padre Agostinho e Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, segundo diretrizes a serem adotadas de comum acordo entre o IPPUC e os Diretores referidos em 2.1.1. c;

2.1.3. — Nos viadutos de transposição da BR-116 — Rodovia Avenida Comendador Franco e prolongamento da Rua Marechal Floriano Peixoto: pista dupla, gabaritos de acordo com as normas aprovadas pelos órgãos competentes.

2.1.4. — No acesso pelo Pinheirinho da BR-116, em pistas paralelas, gabaritos de acordo com as normas aprovadas, pelos órgãos competentes.

2.2. — Serão elaborados por ambas as partes orçamentos completos dos serviços a serem executados para a formalização das verbas e empenhos de responsabilidade de cada uma das partes.

2.3. — As partes, uma vez concluídos os elementos do item 2.2., elaborarão um cronograma das obras, pelos seus representantes designados em 2.1.1.c., de modo que este Convênio seja executado sem solução de continuidade.

3. — **OBRIGAÇÕES** — O DER/PR e a Prefeitura comprometem-se a construir as obras constantes deste Convênio através de seus próprios recursos, os quais serão utilizados pelas partes, isoladamente, no sentido da execução dos trechos e obras que lhe competem, conforme as definições dos itens 3.1 e 3.2, que se seguem, correndo cada parcela de iniciativa e sob a responsabilidade de cada construtor.

3.1. — São obrigações do DER/PR.:

a) — a construção do viaduto de transposição da BR-116, previsto no projeto da Rodovia Avenida Comendador Franco;

b) — a construção da Avenida Comendador Franco, conforme o item 2. — a;

c) — Fornecimento do asfalto necessário à execução dos serviços do item 2-g.

3.2. — São obrigações da Prefeitura:

a) — a construção da Rua Padre Agostinho, item 2. — b.;

b) — a construção da Rodovia Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, item 2. — c.;

c) — a construção de viaduto, na continuidade da Avenida Marechal Floriano Peixoto, item 2.d.;

d) — a construção do acesso em duas pistas de BR-116, no lugar Pinheirinho, até a Avenida Sete de Setembro;

e) — Manter todos os entendimentos necessários, a fim de obter permissão e condições de utilização de faixa ocupada pela linha de transmissão do sistema de suprimento de Curitiba;

f) — fornecer, através do IPPUC, os projetos completos para a execução das obras;

g) — instalar a iluminação prevista no projeto e sua manutenção, em todas as obras;

h) — execução do recapeamento da Avenida Salgado Filho, referido no item 2.g..

4. — **DESAPROPRIAÇÃO** — As despesas com desapropriações, que houver para o cumprimento deste Convênio, ficarão a cargo da PREFEITURA.

5. — **FISCALIZAÇÃO** — Os serviços serão fiscalizados por uma Comissão composta do Diretor Técnico do DER/PR e do Diretor do Departamento de Obras do Município de Curitiba, que designarão pessoas credenciadas para a execução permanente e cotidiana da fiscalização, os quais poderão ainda convocar, de lado a lado, outros profissionais para este mister.

6. — **SERVIÇOS DE TERCEIROS** — As obras objeto do presente Convênio serão contratadas pelas respectivas partes, com terceiros, quando não possuir executá-las por si próprias, atendidas as disposições legais vigentes, referentes à licitação.

7. — **PAGAMENTOS** — Os pagamentos resultantes da execução das obras serão feitos pelo DER/PR e Prefeitura, de acordo com o item 3. — **OBRIGAÇÕES**, correndo cada obra por conta do respectivo executor.

8. — **PRAZO** — Os trabalhos e obras convencionados serão considerados como necessidade premente, pelo que fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) meses, para a sua completa execução, a partir da data da assinatura deste Convênio.

9. — **VALIDADE** — O presente Convênio, após cumpridas as formalidades legais, terá validade e entrará em vigor, imediatamente, para que a Prefeitura inicie desde logo o projeto e para as demais medidas necessárias ao seu fiel cumprimento, por ambas as partes.

E, de como assim tenha ajustado, assinam o presente Convênio, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas presentes que também o assinam.

Curitiba, 4 de novembro de 1971.

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

Ref. Prot. n.º 22.265 — 171-DER)

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 62-72, datado de 16 do corrente, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n.ºs 230-70 e 269-70.

230-70: — oriundo de Mensagem Governamental n.º 26-70, que autoriza o P.E. a doar à União, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno na forma e como especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.275. — **Agradeça-se.**

269-70: — oriundo de Mensagem Governamental n.º 34-70, que autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote do terreno n.º 125, pelo lote n.º 8 de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva na forma e como especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n.º 6.276. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 58-72: — datado de 27 de abril próximo findo, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei n.º 304-70, oriundo de Mensagem Governamental n.º 45-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado ao atendimento de despesas com a execução da lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969, indicando como recursos para cobertura do referido crédito, o cancelamento de verbas do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1970. — **A C.C.J.**

Sob o n.º 65-72, datado de 18 do corrente, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei n.º 315-70, que autoriza o Poder Executivo a outorgar a garantia do Estado do Paraná na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de financiamento a ser efetivada pelo Hospital de Ensino da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., de São Paulo, para construção e instalação completa de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), dispondo, ainda, que nos Orçamentos Gerais do Estado para os exercícios de 1975 a 1977, deverão constar dotações específicas destinadas à amortização e resgate do referido financiamento. — **A C.C.J.**

Sob o n.º 245-72, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Balanço Geral e as contas do exercício econômico financeiro de 1971. — **Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.**

#### Ofício n.º 5.72

Curitiba, 22 de maio de 1972

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo desta Casa e por delegação dos seus membros em reunião realizada em data de hoje e tendo em vista a realização no próximo mês de junho em Brasília da Reunião Oficial de Turismo do País, solicito de Vossa Excelência as providências no sentido de que as lideranças indiquem o nome de cinco Deputados, para juntamente com membros desta Comissão, visitarem Foz do Iguaçu, antes da aludida reunião de Brasília.

Sendo o que se me oferece no momento, apresento os meus protestos de estima e consideração.

(a) — Zenofonte Villanueva

Curitiba, 23 de maio de 1972.

#### Ofício N.º 8.72

#### COMISSÃO DE TURISMO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, e por deliberação tomada por seus membros, tenho a honra de solicitar de Vossa Excelência, sejam indicados três Deputados desta Casa para participarem da Reunião Oficial de Turismo do País, que será realizada em Brasília nos dias 5, 6, 7, 8 e 9 de junho próximo vindouro.

Solicito, outrossim, seja autorizada a ida de um jornalista credenciado para acompanhar e divulgar os assuntos de interesses turísticos, motivo da presente reunião e de interesse ao Paraná.

Apresento, na oportunidade, os meus protestos de alta estima e consideração.

(a) — Zenofonte Villanueva

#### EMENDA

Emenda ao Projeto de Lei n.º 284-71

SUBSTITUA-SE "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto", por "Centro Cívico Governador Munhoz da Rocha".  
Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

Erondy Silvério



**REQUERIMENTOS:**

**Requerimento**

De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 9.72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Julieta de Carvalho Rauem, esposa do Senador Octávio Xavier Rauem já falecido.

A extinta deixa nove filhos, dentre eles o Sr. Dr. Benedito Rauem, ex-assessor do Senhor Ministro da Justiça e atualmente Auditor Militar de 1.ª Categoria e Senhor Dr. Romeu Rauem, Chefe de Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência aos familiares da extinta Senhora, na pessoa de seu filho, Dr. Romeu Rauem.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) Wilson Fortes

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requerem:

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Julieta Carvalho Rauem, ocorrido ontem nesta Capital.

**JUSTIFICATIVA:**

A extinta era genitora do Doutor Romeu Rauem DD. Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça e do Doutor Benedito Rauem DD. Procurador da Auditoria Militar.

Requer-se, outrossim, que da deliberação desta Augusta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) Gabriel Mancel, Erondy Silvério, Domício Scaramella, Antonio Costa e Ivo Tomazoni.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe sugestão aos Excelentíssimos Senhores Governador Pedro Parigot de Souza e Secretário Ivo Domingues, dos Transportes, no sentido de que elaborem estudos visando o asfaltamento da Rodovia Londrina — Bela Vista do Paraíso. Alvorada do Sul, com a construção de nova ponte sobre o rio Paranapanema, no mesmo local daquela que será submersa, com a edificação da Usina da CESP.

A referida rodovia, cujo asfaltamento já foi prometido por vários Governadores, é de vital importância para o escoamento da produção do Norte do Estado aos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Minas e Goiás. Possuindo apenas um trecho de menos de sessenta (60) quilômetros de extensão, o seu asfaltamento irá beneficiar dezenas de municípios, que há muito esperam a execução desta prometida obra.

Por ser economicamente viável e rentável, e que sugerimos às autoridades responsáveis do Poder Executivo, estudos para o seu asfaltamento.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) Antonio Belinati

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, professor Roberto Linhares da Costa, solicitando que seja autorizado a FUNDEPAR a firmar convênio com a Comissão Educacional Progresso de Ivaiporã (CEPI) autarquia municipal, para a contratação de professores licenciados e aquisição de material didático, destinado à instalação do Curso Científico em Ivaiporã, já criado pelo decreto 21810, de 04.12.1970 e até hoje não instalado, cuja falta vem provocando a mudança de numerosas famílias para outros municípios.

Esta mesma matéria vem sendo solicitada com insistência pelo Vereador Theophilo Nelson Sobieray e pelo líder estudantil Fenelo Conceição, presidente do Grêmio Estudantil Tiradentes, que consideram em boa hora a contratação dos professores licenciados, que semanalmente aportam em Ivaiporã à procura de aulas, o que solucionará a grande preocupação dos jovens daquela importante região, cuja carreira poderá ser prejudicada pelo não funcionamento do Curso Científico de Ivaiporã. Somente no começo deste ano mais de 30 professores licenciados estiveram na Inspeção de Ivaiporã, tentando conseguir aulas. Com a firmação desse convênio, o Estado estará atendendo não apenas os estudantes da cidade em questão, como também virá facilitar os estudos dos jovens de Jardim Alegre, Grandes Rios, Manoel Ribas e São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) Antonio Belinati

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Senhor Diretor-Geral do D.E.R. solicitando que seja determinada a continuidade do trabalho iniciado na gestão do engenheiro Plínio Anciutti, visando a colocação de cascalho na estrada Faxinal — Ivaiporã, que se encontra paralisado em Lidianópolis.

A referida solicitação já foi objeto de reivindicação do vereador João Domínguez Barbosa, de Jardim Alegre, sendo a solução ideal; enquanto esta estrada não seja asfaltada, nos dias chuvosos, o tráfego de veículos fica interrompido, com graves prejuízos para a grande bacia grícola da região de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) Antônio Belinati

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, bem como ao ilustríssimo Senhor Superin-

tendente da FUNDEPAR, no sentido de que aquelas autoridades estudem a possibilidade de ser criado um Ginásio Estadual, na localidade de Bela Vista Distrito do Município de Pérola D'Oeste.

A medida se justifica, Senhor Presidente, haja visto que, levando-se em conta que o número elevado de alunos que frequentam o curso primário na região, já atinge uma cifra de aproximadamente 700 alunos e que se encontram em idade de frequentar o 2.º ciclo.

Como o ginásio mais próximo se encontra na sede do Município, distante 14 quilômetros, bem pode deprender Vossa Excelência, o problema que começa a se criar.

Consolândia, um distrito menor que o citado, já possui o seu curso secundário, em pleno andamento, motivo pelo qual achamos justa a medida que ora pleiteamos.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — O excelente trabalho desenvolvido no Município de Tijucas do Sul, com a implantação, recentemente, de Fundação Rural com o objetivo fundamental de facilitar aos colonos e indústrias da região, a baixo custo, a aquisição de mudas de pinus e eucaliptos para fins de reflorestamento e ao mesmo tempo oferecendo possibilidades de boa margem de lucros;

2 — Que, apesar de pouco tempo de início de atividades já foram vendidas, até agora, 170 mil mudas;

3 — Que, atualmente, a capacidade anual de produção de mudas na referida Fundação atinge a 800 mil, podendo, facilmente ser ampliada para 2 milhões e 400 mil, e, além da produção de pinus e eucaliptos, estão sendo realizadas experiências para a produção de "Pau Carvalho", "Sassafráz" e "Ce-drinho";

4 — Que o referido serviço vem proporcionando inúmeras possibilidades de ampliação de mão de obra, salientando-se que os responsáveis pela Fundação Rural nada recebem para desenvolver suas atividades, constituindo-se, portanto, num exemplo de dedicação e de espírito patriótico, requer à Mesa, ouvido o Plenário, consignar-se na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de regozijo pelo fato acima descrito, dando-se ciência da decisão da Casa aos responsáveis pela Fundação Rural de Tijucas do Sul, nas pessoas dos Senhores Diógenes F. Paula, Presidente; Sônia Maria Pedrosa, Secretária; Lucival Camargo, Tesoureiro; Antenor Batista Rocha, Antônio Chicovecz e Antonio Cubas Claudino, integrantes do Conselho Fiscal, e ao Prefeito do Município Sr. João Bonieki.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) Maurício Fruct

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, após ouvir o Plenário, se transcreva na Ata dos trabalhos de hoje, notícia divulgada no Jornal "O Estado de São Paulo", edição de 21 do corrente, conforme recorte anexo, que traz o seguinte título "Quer Redivisão da Amazônia".

Requer, outrossim, se telegrafe àquele prestigioso órgão da imprensa, assim como ao Exmo. Senhor Deputado Federal Siqueira Campos (ARENA — GO), informando que esta Casa já se pronunciou favoravelmente a medida que sugere, ao requerimento de nossa autoria nesse sentido.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(a) Paulo Poli

**Requerimento**

Senhor Presidente:

A Comissão de Turismo desta Casa, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama ao Senhor Paulo Manoel Leinz Cesar Protásio, Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, com sede na Guanabara, no sentido de que representantes da referida Comissão sejam admitidos na 1.ª Reunião Oficial de Turismo a ser realizada em Brasília nos dias 5 a 8 de junho do corrente ano, como delegados observadores.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — O propósito demonstrado pelo Chefe do Poder Executivo em promover campanha visando ampliar o parque industrial paranaense, mediante o oferecimento de incentivos e também demonstrando a potencialidade de nosso Estado;

2 — A necessidade de uma legislação específica que sirva de instrumento ao Estado para alcançar seus objetivos;

3 — A necessidade, também, do Estado oferecer melhores possibilidades para a implantação, aqui, de indústrias pioneiras além de, oferecer incentivos às regiões que não vem acompanhando o progresso do Estado isto é, as subdesenvolvidas, mediante um atendimento imediato e positivo, talvez nos moldes adotados no vizinho Estado de Santa Catarina, com o seu Fundo de Desenvolvimento, utilizando-se de recursos oriundos do I.C.M.; Requer à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, o envio a S. Exa. o Senhor Governador do Estado, do incluso anteprojeto criando o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná — FUNDEPA — que visa preencher os itens acima citados, sugerindo a S. Exa. que se digne determinar a criação de um Grupo de Trabalhos com o objetivo de analisar a conveniência da adoção das medidas propostas, ouvindo-se os órgãos técnicos do Estado e a direção do BADEP.

Outrossim, requer, também, o envio de cópias do mesmo anteprojeto à Associação Comercial do Paraná e à Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) — Maurício Fruct.

**PROJETO DE LEI N.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — De acordo com o que prevê o Parágrafo único do Art. 125 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a criar sob o regime de Fundação, o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná (FUNDEPA) de duração indeterminada, sede e fóro na Capital do Estado do Paraná.



## Dos Objetivos e recursos.

Art. 2.º — O Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná (FUNDEPA) tem por finalidade estimular e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado, através da aplicação de recursos em:

- 1 — Empreendimentos industriais e de infra-estrutura;
- 2 — doações, financiamentos, a "fond perdu" de pesquisas tecnológicas, em convênios com entidades públicas ou privadas ou sob contrato;
- 3 — estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 3.º — A aplicação dos recursos em empreendimentos industriais poderá realizar-se sob a forma de:

- 1 — Empréstimos para o financiamento de investimentos fixos, implantação, ampliação e modernização que compreendam:
  - a) Despesas com estudos e projetos, despesas de contratação do empréstimo e despesas financeiras durante a implantação do projeto;
  - b) aquisição de área destinada à edificação de unidade industrial;
  - c) construções civis tecnicamente necessárias;
  - d) aquisição de máquinas e equipamentos, inclusive montagem de veículos que integram o ativo fixo;
- 2 — empréstimos para financiamento do capital de trabalho;
- 3 — financiamento para implantação, melhoria ou modernização de técnicas de produção ou administração, inclusive formação ou aperfeiçoamento de pessoal e pagamento de serviços técnicos;
- 4 — aquisição de ações e debêntures;
- 5 — prestação de garantia a operações de crédito realizadas com instituições financeiras nacionais e estrangeiras.

§ 1.º — A concessão de financiamento nos termos do item 1, "caput" deste artigo, exclui a participação simultânea do Fundo nas condições do item 4, quando para o mesmo estágio do empreendimento.

§ 2.º — Constituem condições indispensáveis para a concessão de qualquer das formas de financiamento previstas neste artigo:

- a) que o estudo da proposta demonstre a conveniência econômico-financeira do empreendimento, bem como a segurança do reembolso;
- b) que sejam oferecidas garantias julgadas satisfatórias;
- c) que não se verifiquem restrições à idoneidade e a capacidade administrativa do proponente, seus titulares ou diretores.

§ 3.º — O Conselho Administrativo (C.A.) do FUNDEPA, a seu critério exclusivo, poderá destinar parte dos recursos do Fundo para aplicação em:

- 1 — infraestrutura econômica e nos setores industriais de base inclusive com recursos eventualmente destinados pelo Poder Público para esse fim;
- 2 — operações imobiliárias relativas a distritos industriais;
- 3 — incremento da produção rural, executada a parte referente à comercialização;
- 4 — incremento das atividades pesqueiras, preferentemente projetos integrados;
- 5 — incremento das atividades turísticas;
- 6 — incremento das atividades de reflorestamento.

§ 4.º — As operações previstas no parágrafo anterior aplicar-se-ão, no que couber, os dispositivos deste artigo e do parágrafo primeiro.

Art. 4.º — As aplicações para as finalidades previstas nos itens 2 e 3 do art. 2.º, não poderão ultrapassar 15% e 10%, respectivamente, das disponibilidades do Fundo.

Art. 5.º — Para os efeitos desta lei entendem-se como capazes de obter a colaboração financeira objetivada pelo FUNDEPA, as atividades ou os empreendimentos públicos ou privados que se enquadrem nas prioridades estabelecidas ou sejam considerados pelo C.A. como relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 6.º — Constituem recursos do FUNDEPA:

- 1 — os decorrentes de dotações orçamentárias;
- 2 — os decorrentes de depósitos;
- 3 — os decorrentes da abertura de créditos especiais;
- 4 — os rendimentos, juros, retornos e recebimentos resultantes da aplicação do próprio Fundo;
- 5 — os provenientes de dividendos, lucros e bonificações, distribuídos por empresas de que o Estado seja acionista com a participação de recursos do Fundo;
- 6 — os decorrentes de doações, legados e contribuições que receber;
- 7 — os resultados de empréstimos e financiamentos nacionais e estrangeiros e suprimentos obtidos pelo Estado para repasse a empresas e entidades, nos termos desta Lei;
- 8 — outros recursos que lhe forem conferidos por Lei.

§ 1.º — Os recursos previstos no item 2, deste artigo, deverão ser aplicados na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que virem a se instalar:

- a) em municípios incluídos em "Zonas de Desenvolvimento Prioritário" e que tenham tido seus projetos aprovados pelo C.A., ou
- b) em qualquer ponto do território do Estado, desde que, por decisão do Chefe do Poder Executivo, exarada em manifestação do C.A., seja a atividade industrial considerada como básica para o desenvolvimento econômico do Estado na forma da legislação vigente.

## Das Operações

Art. 7.º — As operações do FUNDEPA serão efetuadas através de Agentes Financeiros, mediante programas globais estabelecidos em convênio com o C.A., nos termos da legislação pertinente e desta Lei.

§ 1.º — Os Agentes se obrigam a manter carteira especializada para as aplicações do Fundo na conformidade da Resolução n. 93, do Banco Central do Brasil.

§ 2.º — Os Agentes serão remunerados quanto aos serviços prestados, até o limite de 1% (um por cento) das operações efetuadas, descontado no ato de cada contrato, exceto quanto às aplicações provenientes dos incentivos fiscais.

§ 3.º — O C.A. fixará nos respectivos contratos a competência, obrigações e responsabilidades dos Agentes Financeiros.

Art. 8.º — As solicitações de colaboração financeira ao FUNDEPA serão precedidas de consulta do G.E.I. sobre o enquadramento do empreendimento nos objetivos e prioridades do Fundo.

§ 1.º — Procedida a consulta, as solicitações de colaboração financeira elaboradas segundo modelos próprios, deverão ser dirigidas ao exame do Agente Financeiro, que as encaminhará ao G.E.I., o qual as submeterá, com parecer conclusivo, à deliberação do C.A.

§ 2.º — Os projetos pertinentes ao aproveitamento dos incentivos fiscais serão analisados pelo G.E.I.

Art. 9.º — As solicitações de colaboração financeira do FUNDEPA classificam-se nas seguintes categorias gerais, cujos roteiros de apresentação, normas e instruções específicas serão fixadas em Resolução especial do C.A.:

- a) Pedidos — quando a colaboração financeira solicitada ao FUNDEPA não ultrapassar de 1.000 (mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país;
- b) Projetos Simples — quando a colaboração financeira solicitada ao FUNDEPA estiver compreendida entre 1.000 (mil) e 3.000 (três mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país;
- c) Projetos completos nos demais casos.

§ único — A aplicação dos recursos previstos no item 2, do art. 6.º, desta Lei exigirá sempre a apresentação de Projeto completo, seja qual for o montante da colaboração financeira solicitada ao FUNDEPA.

Art. 10 — No intervalo das reuniões do C.A., o Presidente poderá deliberar "ad referendum" do Conselho, sobre as solicitações de financiamento referidas nos itens 1 a 5 do "caput" do art. 3.º, desta Lei no valor de até 1.000 (mil) vezes o maior salário mínimo vigente no país.

Art. 11 — C.A. poderá utilizar o sistema de repasse de recursos para participações em programas de financiamento que forem elaborados por instituições financeiras que operem no Estado a médio e longo prazos.

Art. 12 — Nos empréstimos para financiamento de capital fixo e de giro a empreendimentos industriais (itens 1 e 2 do art. 3.º), serão observados os seguintes limites de participação:

1 — O FUNDEPA concorrerá, no máximo, com recursos suficientes para cobrir até 50% (cinquenta por cento) do investimento global do programa que vier a ser realizado com o Agente Financeiro;

2 — a empresa beneficiária deverá concorrer, pelo menos, com 20% (vinte por cento) do total do investimento global do empreendimento;

3 — o Agente Financeiro deverá concorrer com um mínimo de 20% (vinte por cento) do investimento global do programa;

§ 1.º — Os investimentos já realizados no projeto com recursos próprios do proponente poderão ser considerados, a critério do C.A. como a participação a que se refere o item 2 deste artigo.

§ 2.º — No caso específico do B.R.D.E. a participação a que se refere o item 3 deste artigo deverá constituir-se de recursos de procedência externa.

§ 3.º — Na aplicação dos recursos previstos no item 2 do artigo 6.º desta Lei, a participação com recursos próprios da empresa interessada no empreendimento não será nunca inferior a 20% (vinte por cento) do valor do investimento global consideradas cumulativamente as diversas etapas compreendidas no projeto.

Art. 13 — Nos empréstimos dos recursos do FUNDEPA serão cobrados os seguintes encargos financeiros:

- a) juros de 8% (oito por cento) ao ano;
- b) comissão de abertura de critério de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do financiamento e paga de uma só vez por ocasião da assinatura do contrato;
- c) comissão de fiscalização de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1.º — As amortizações do principal e os encargos financeiros previstos na letra "a" e "c" deste artigo calculados pelo sistema "price" e pagos mensalmente.

§ 2.º — Os encargos financeiros mencionados, relativos ao período de carência, calculados pelo sistema "hamburguês", serão capitalizados para efeito de aplicação do sistema "price";

§ 3.º — Em casos especiais, a critério exclusivo do C.A., os juros referidos na letra "a" deste artigo poderão ser reduzidos até 50% (cinquenta por cento).

§ 4.º — Os saldos devedores e as amortizações dos empréstimos por prazo superior a 3 (três) anos, poderão sofrer correção monetária de acordo com os índices oficiais.

Art. 14 — Nas operações de prestação de garantia serão cobrados os seguintes encargos:

- a) comissão de prestação de garantia até 2% (dois por cento) sobre o total da garantia e paga no ato de contratação;
- b) comissão de fiscalização de 0,5% (meio por cento) ao semestre, sobre o saldo garantido, paga durante a execução do projeto e de 0,25% (um quarto por cento) ao semestre sobre o saldo garantido, nas mesmas datas, após a execução do projeto.

Art. 15 — O prazo de resgate dos financiamentos será de até 6 (seis) anos, nele incluído o período de carência.

§ 1.º — Em casos especiais, por recomendação técnica, mediante fundamentação de excepcionalidade constante do parecer do G.E.I. e do Agente Financeiro, o prazo a que se refere este artigo poderá ser estendido até 10 (dez) anos.

§ 2.º — Salvo no caso de comprovada necessidade técnica constatada nas mesmas condições do parágrafo anterior, quando poderá atingir até 12 (doze) meses, o prazo de carência não ultrapassará de 6 (seis) meses após o início das operações normais do empreendimento financiado.

Art. 16 — O Agente Financeiro será responsável pelo retorno ao FUNDEPA dos recursos por ele aplicados à conta do Fundo e dos encargos cobrados do mutuário.

## Da Administração

Art. 17 — A administração, orientação e controle do FUNDEPA é atribuição do Conselho Administrativo (C.A.), composto dos seguintes membros: o Secretário da Fazenda, o Diretor Superintendente no Paraná do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, três representantes da classe empresarial de livre escolha do Governador; dois membros do G.E.I.

§ 1.º — A Presidência do Conselho Administrativo será exercida pelo Secretário da Fazenda.

§ 2.º — Nos impedimentos do Secretário da Fazenda, a Presidência do C.A. será exercida pelo diretor Superintendente do BRDE.

Art. 18 — Os titulares referidos no artigo anterior exercerão as funções de membros do C.A. enquanto permanecerem nos respectivos cargos.

Art. 19 — Além da elaboração do Regulamento e da Administração Geral do FUNDEPA são atribuições do C.A.:

- a) Estabelecer a política geral de aplicação do Fundo, quer operacional ou administrativa;
- b) aprovar os planos e normas gerais de operação e, bem assim, a regulamentação técnica e administrativa;
- c) fixar os critérios de prioridade para a concessão de financiamentos e seus limites;
- d) fixar os encargos financeiros a serem cobrados, os prazos de carência e amortização, bem como as garantias;
- e) aprovar o orçamento de aplicações e apreciar o orçamento de custo do FUNDEPA, assim como o programa de trabalho do G.E.I.



f) deliberar sobre os pedidos de empréstimos, bem como sobre as condições em que serão efetuados pelos Agentes Financeiros;

g) aprovar os termos de convênios ou contratos que devem ser celebrados com instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, pertinentes às atividades do FUNDEPA e deliberar sobre sua conveniência e oportunidade;

h) verificar e submeter à aprovação do Chefe do Poder Executivo, até 31 de janeiro de cada ano, as contas do FUNDEPA relativas ao exercício anterior;

i) decidir sobre os casos omissos;

§ 1.º — Compete ainda ao C.A.:

a) propor ao Governador do Estado, a constituição de "Zonas de Desenvolvimento Prioritário", para fins dessa lei;

b) aprovar os projetos especiais referentes às "Zonas de Desenvolvimento Prioritário";

§ 2.º — O C.A. deliberará com a presença de dois terços dos seus componentes e por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade;

§ 3.º — As resoluções do FUNDEPA serão publicadas no "Diário Oficial" e o Presidente do C.A. representará o mesmo em Juízo e fora dele; nele incluídos o período de carência.

Art. 20 — O C.A. terá como órgão de assessoramento o Grupo Executivo Industrial (G.E.I.), que terá organização necessária à realização de seus encargos;

Art. 21 — Os estudos e projetos vinculados ao desenvolvimento econômico do Estado serão realizados diretamente pelo G.E.I. ou, com a intervenção ou supervisão deste, através de outros órgãos públicos ou privados, mediante convênios ou contratos.

Art. 22 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de maio de 1972.

a) deputado MAURICIO FRUET.

#### JUSTIFICATIVA:

A ausência de uma estratégia relativa ao nosso desenvolvimento econômico se constitui, hoje, praticamente no principal óbice encontrados pelos paranaenses para encontrar um caminho seguro de realizações empresariais.

Se hoje, boa parte do Estado tem já superadas as suas deficiências infra-estruturais, isto por si só não tem sido suficiente, e de forma alguma selo-á, se profundas e corajosas medidas de moderna técnica e de política econômica não forem adotadas para modificar esse quadro.

O presente panorama da economia paranaense em relação à brasileira e à mundial é a de basicamente fornecedora para os mercados nacionais e mundiais de produtos primários e de importadora de produtos industriais, ressalvando-se o relativamente pequeno setor secundário, além do terciário que é consequência do primário e do secundário.

Os recursos minerais do Paraná, embora ainda não levantados na sua totalidade, são bastante expressivos, nos casos já conhecidos, como o xisto calcário e o minério de chumbo. O Estado é o primeiro produtor nacional de talco, largamente empregado na indústria de cosméticos, de tintas, inseticidas, de louças.

No setor de agricultura o Paraná é o principal produtor agrícola do país, tanto no setor do café, como, milho, algodão, feijão, arroz, soja, mandioca, trigo, menta, batata, amendoim e mamona.

Suas reservas florestais industrializáveis incrementadas com as campanhas de florestamento e reflorestamento tornam o Paraná um grande produtor de matérias primas para fabricação de papel e celulose, aglomerados de madeira e madeira serrada. Seu rebanho suíno, o segundo do País, é de 7,9 milhões de cabeças.

O setor industrial paranaense mantém ainda, com regra geral, a estrutura tradicional que o caracterizou nas últimas décadas. Predominam os estabelecimentos pequenos e médios e os ramos de beneficiamento ou primeira elaboração da produção primária.

Ao mesmo tempo verifica-se que cabe a este setor dar à economia paranaense o dinamismo necessário para alcançar novamente os índices de crescimento que teve na fase da expansão cafeeira.

Não havendo qualquer possibilidade de que um produto ou uma combinação de produtos primários possa conseguir dinamismo semelhante ao do café, ou aproveitar os fatores liberados por este, somente um processo de industrialização rápido pode impedir que a economia do Estado caminhe para uma fase de estagnação de longa duração.

Tornou-se, por outro lado, óbvio, que não será mais possível pensar em industrialização do Estado em termos de pequenas indústrias voltadas para o mercado local. A crescente integração da economia nacional torna isso inviável.

É hoje claro que o parque industrial paranaense somente poderá desenvolver-se através de sua integração ao mercado nacional, complementando-o, através de empresas que produzam em escala adequada, com tecnologias modernas, capazes de criar estímulos para outros ramos, e de concorrer em pé de igualdade com o parque existente nas regiões mais industrializadas do país.

A exigência de nosso desenvolvimento a partir desta base nos impõe uma nova fase de industrialização que se esteie no processo auto sustentado e na diversificativa da nossa pauta de exportação, e que nos traga uma crescente independência de nossos produtos primários de exportação e da qual resulte uma sólida performance quantitativa de nosso comércio externo, principalmente através da exportação de produtos industriais.

Para tal é necessário que planejemos as nossas indústrias e replanejemos as já existentes, pelo menos aquelas que possam competir, através da organização, no comércio externo. Precisamos ainda elevar nossas atividades primárias porque o desenvolvimento industrial é implícito com aquelas. Por último, devemos lutar para a extinção dos polos negativos de nossa economia, representados pelas regiões subdesenvolvidas de nosso Estado, que vêm apresentando índices de atuação econômica abaixo da crítica.

A ausência de uma estratégia relativa ao nosso desenvolvimento econômico poderá ser corrigida, em pouco tempo, com a criação de Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, como o que ora submetemos à apreciação desta Augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 61-72

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Estatuto do Banco do Estado do Paraná S.A., para criar a Carteira de Financiamento da Educação, com a finalidade precípua de financiar, pelo sistema de bolsas reembolsáveis, os estudantes dos cursos de grau médio, técnico e universitário.

Art. 2.º — O Banco do Estado do Paraná S.A. por intermédio de sua Carteira de Financiamento da Educação, poderá funcionar como agente do

Estado, na aplicação de recursos financeiros ou auxílios concedidos por órgãos federais ou outras entidades.

Art. 3.º — A Carteira de Financiamento da Educação poderá conceder empréstimos para construção, ampliação ou reforma de prédios escolares, e para a aquisição de equipamentos, desde que destinados a instituições de ensino localizadas no Estado do Paraná.

Art. 4.º — A implantação do sistema de financiamento previsto na presente Lei, não impedirá o Estado de continuar a conceder bolsas gratuitas aos estudantes comprovadamente carentes de recursos.

Art. 5.º — A regulamentação da presente Lei somente será baixada após prévia aprovação do Conselho Estadual de Educação, dentro do prazo de 90 dias.

Art. 6.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) — DAVID FEDERMANN.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna neste Pequeno Expediente visa justificar um requerimento que pretendo encaminhar à Mesa, atendendo a várias reclamações e pedidos de professoras, principalmente do interior do Estado, com referência aos descontos feitos em folha de pagamento sem a respectiva autorização dessas professoras. Tive oportunidade de verificar que muitas professoras recebem uma papelada amarela propondo um desconto de uma Cia. de Seguros ou de uma Associação, cujos canhotos têm uma devolução a ser feita, confirmada a não devolução até determinada data significa a concordância da professora com aquele desconto; mas acontece que o prazo de devolução é até o mês de março. Esta correspondência chegou só no mês de abril. Feito o respectivo requerimento pedindo o cancelamento do desconto e a devolução, estes requerimentos ficam parados e muitas vezes recebem ainda correspondência insistindo no desconto. É absurdo uma professora que recebe 200 e poucos cruzeiros ter um desconto de Cr\$ 79,46. Tenho em mãos o desconto que uma professora normalista sofreu, de Cr\$ 79,46 ganhando Cr\$ 461,00, mas outra que ganha a metade tem este desconto nas mesmas condições. O requerimento que encaminho à Mesa neste momento está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando as inúmeras reclamações que tem recebido do pessoal do Magistério paranaense, principalmente do interior do Estado, requer, consultado o Plenário, seja encaminhado, por intermédio da d. Mesa apelo ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Governo no sentido de que seja procedida a devolução, aos integrantes do Magistério, dos valores dos descontos até aqui feitos sobre os seus vencimentos, sem sua prévia e expressa autorização, e relativos aos códigos 226, 227, 229 e 234, indicados no verso dos cheques respectivos, emitidos pela Diretoria da Despesa Fixa.

Requer, ainda, que se solicite, nessa oportunidade, sejam determinadas por Sua Exa. providências a quem de direito, objetivando a sustação de tais descontos doravante, se não houver assentimento prévio e expresso dos funcionários, com as respectivas firmas reconhecidas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1972.

(a) — GILBERTO CARVALHO".

Era só, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

Ocupou esta Tribuna dia 11 de abril o ilustre e não menos brilhante Deputado Nivaldo Krüger, que representa com muito brilhantismo nesta Casa a região de Guarapuava, abordando aqui o problema da febre aftosa que grassa naquela região, tratando-se de um assunto que reputo gravíssimo não somente para a Região, mas para todo o Paraná e porque não dizer ao Brasil e quiza ao Mundo.

Volto a esta Tribuna, para encaminhar ao ilustre Prof. Cirne Lima, Digníssimo Ministro da Agricultura, o seguinte Requerimento.

Um paranaense ilustre, membro de família renomada e tradicional, o Prof. Euripedes Garcês do Nascimento, foi responsável por um feito científico extraordinário. A custo de dedicação ímpar, após anos de metucioso e árduo labor, conseguiu aquele notável e saudosos patricio a CURA EFETIVA DA FEBRE AFTOSA, fato que, quando divulgado, repercutiu intensamente não só em nosso Estado, como também no País e até no exterior. E não poderia ser diferente, quando se tem consciência do verdadeiro flagelo que representa a incidência da febre aftosa nos rebanhos de todo mundo. Lamentavelmente se a repercussão da descoberta foi enorme, a atenção que mereceu por parte das autoridades competentes foi mínima.

Não recebi o Professor Euripedes Garcês do Nascimento, qualquer apoio governamental, indispensável para que comprovada em caráter oficial a eficácia da descoberta, fosse o seu emprego amplamente difundido.

Faleceu o ilustre conterrâneo. E levou consigo certamente, a mágoa de verificar que o produto quírico de sua descoberta, de eficiência atestada no tratamento e cura de centenas de casos, não chegou a sensibilizar os responsáveis pela política pecuária nacional, zelosos e atentos apenas, para a estreita obediência à tradicionais e inarredáveis entraves burocráticos. Os familiares do Dr. Garcês do Nascimento, todavia, persistem no intento de demonstrar a eficácia da descoberta.

Para tanto, solicitamos da repartição competente que lhes fosse deferido fazer uma demonstração.

Obtiveram concordância, desde que atendida uma série infinda de exigências, entre as quais o fornecimento, para demonstração, de vinte bovinos e vinte cobaias, além de alimentação para os referidos animais durante sessenta dias.

Desnecessário dizer que tais exigências anulam a possibilidade de fazer-se a demonstração.

Quem se propõe fazê-la não integra nenhum trust farmacêutico, disposto a gastar bastante agora, para ganhar muitíssimo mais posteriormente.

Trata-se, tão só, de pessoas abnegadas, dedicadas ao bem da humanidade.



de, sem recursos que lhes faculte atender às condições impostas para que a demonstração seja efetuada.

Assim sendo, requeiro à Mesa, ouvido a Casa, que se oficie ao Senhor Ministro da Agricultura, Prof. Cirrê Lima solicitando de sua Excia. que determine à Diretoria do Serviço de Defesa Sanitária Animal-Equipe Técnica Coordenadora Antiaftosa a utilização de recursos próprios do Órgão na demonstração da eficácia do produto descoberto pelo Professor Garcês do Nascimento para a cura da febre aftosa.

Sela das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) — Leopoldo Jacomel”.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Leopoldo Jacomel está ouvindo com bastante atenção o pronunciamento de V. Exa. e quero me congratular com V. Exa. por voltar à carga sobre um assunto de tamanha importância.

Primeiro, porque realmente, o surto de febre aftosa que grassa no Estado, é alarmante. Mormente, quando rebanhos com certificado de vacinação estão sendo atacados pelo mal.

Isto ao leigo, quer parecer que o produto aplicado é carente das virtudes que ele anuncia. Por outro lado, há um aspecto importantíssimo no pronunciamento de V. Exa. que eu acho que o Paraná todo, dêle deve ter conhecimento, quando V. Exa. anuncia que um professor paranaense, filho desta terra, descobre um produto capaz de combater e curar a febre aftosa.

Nós sabemos que a febre aftosa, é um flagelo universal. Sabemos que o Brasil vem sofrendo as consequências deste mal. Sabemos que o nosso produto, a carne, deixou durante longo período de encontrar colocação no mercado exterior por alegação de contaminação do vírus da febre aftosa. E quando da Tribuna desta Assembléia, um Deputado anuncia um evento desta importância, não posso deixar de manifestar o meu entusiasmo pelo que afirma V. Exa. cumprimentar o ilustre Professor, e pedir a V. Exa., para colocar um adendo ao seu Requerimento, um novo requerimento, convidando o Professor para vir a esta Assembléia, pois quando, um professor de nível superior, coloca o seu nome, a sua reputação em jogo, apresentando um novo produto, é porque já fez experiências e comprovou a eficácia da sua descoberta.

E não é justo que esta descoberta fique sem ser utilizada, permaneça sem ser utilizada. Creio que esta Assembléia pode e deve dar conhecimento ao público deste acontecimento, convidando o Professor para um encontro com a Comissão Agrária e Pecuária desta Assembléia ou então com qual quer outra comissão relacionada com o problema do desenvolvimento do Estado do Paraná. Portanto Sr. Deputado, quero mais uma vez, congratular-me com V. Exa., manifestar a minha solidariedade ao ao Requerimento de V. Exa. e propor seja enviado convite a este ilustre professor, para uma conferência com a Comissão de Agricultura e Pecuária, ou mesmo realizar uma palestra aqui numa das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Nobre deputado Nivaldo Krüger, quero dizer a V. Exa. que quando tomei o cuidado de fazer o levantamento da vacina estudada e fabricada pelo professor Garcês do Nascimento, foi exatamente sentindo aquilo que V. Exa. sente na sua região, o problema vivido pelo homem do interior; V. Exa. que acompanha pari passu o agricultor e o pecuarista.

Ouvi o discurso de V. Exa. que apelava às autoridades competentes para uma solução do problema. Se não me falha a memória, em 1969 nós ocupamos esta Tribuna para daqui apelarmos ao então Ministro Ivo Arzua, no sentido de que usasse este processo da vacina do Professor Garcês do Nascimento.

Lamentavelmente, por questões de ordem burocrática, eu digo aqui no meu Requerimento, o nosso apelo não foi atendido. Mas volto hoje à Tribuna exatamente para prestigiar V. Exa. nobre Deputado; vejo em V. Exa. aquela vontade, aquela ansia, aquela disposição de lutar pelos homens que lutam por nós aqui no asfalto.

É exatamente esta a razão que nos traz à tribuna: — prestigiar a V. Exa. e ajudar a V. Exa. Porque ajudando a V. Exa. estamos ajudando a região e a nossa região, que é dotada de bacia leiteira. Haja visto que o caso da febre aftosa que está grassando na bacia leiteira de Piraquara; no município de São José dos Pinhais e agora recentemente no município da Lapa.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É oportuníssimo que V. Exa. lembre os efeitos, o malefício causado pela aftosa na bacia leiteira, exatamente nesse momento em que a Capital do Estado e os centros de consumo, estão se ressentindo da falta deste produto importante à alimentação popular. Acho da maior importância, ilustre Deputado, o pronunciamento de V. Exa. e é necessário e importante que hoje se dê mais ampla publicidade a respeito desse acontecimento; que o povo do Paraná, que as autoridades do Paraná, tenham realmente conhecimento da existência desse Professor e do seu produto, para que nós de uma vez por todas debulemos o mal do nosso meio.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Exa. e respondo a V. Exa. dizendo que todos dependem do nosso esforço e nós devemos nos unir nesse sentido para que se acabe de uma vez por todas, não só com a carência do leite, mas especialmente ela é uma das consequências da febre aftosa, para que possamos, também, dar melhores condições ao Paraná para exportar a carne bovina.

Um adendo à solicitação de V. Exa., que pede a presença do Professor Garcês do Nascimento, nesta Casa, para discutir o problema com a Comissão Técnica; quero lembrar a V. Exa. que, infelizmente, o Professor Garcês do Nascimento já faleceu, e levou consigo, por certo, o desgosto de não ver utilizada a vacina de sua criação.

Mas restam os membros da família que estão empenhados no desenvolvimento daquela descoberta e assim me comprometo com V. Exa., com a Casa e com o Paraná, a trazer a pessoa credenciada para discutir o problema junto às Comissões Técnicas.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito. Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomamos conhecimento de um comentário feito à imprensa, pelo Diretor dos Correios e Telégrafos, quando S. Exa. diz que o número de cartas se avoluma, cartas que não encontram seus destinatários, cartas que

não podem retornar aos remetentes porque não há condições de o Correio assim proceder, já que foram endereçadas de forma deficiente.

Ora, atualmente não se desconhece que os Correios e Telégrafos procuraram fazer uma codificação e que este trabalho já foi divulgado graças a uma empresa particular, sendo que os exemplares distribuídos tiveram a sua tiragem aumentada e até o interior já foi beneficiado com a distribuição deste Código.

Mas não se pode negar que o Código, embora para as pessoas letradas não traga dificuldades maiores, para outros sem dúvida, traz grande confusão.

Em São Paulo, por exemplo, o Código já está instituído para aquela Capital e até os logradouros públicos figuram ali. Acharmos até que a maioria foi longe demais e ali constam edifícios públicos como, por exemplo, o Edifício dos Correios e Telégrafos que fica na Praça do Correio em São Paulo e cujo Código é 01051 Assim também a União de Bancos Brasileiros, Banco do Brasil, Folha de São Paulo, constam do Código.

Não se pode chegar ao otimismo de querer que uma pessoa que vai endereçar uma carta e vai colocar o nome do edifício, vá procurar o Código de tal edifício.

Não estamos recriminando o Código, em absoluto, mas sentimos que é mais uma forma de estabelecer confusão. Ele traz benefícios inúmeros, sentimos apenas o exagero neste ponto que entendemos ser meticuloso demais, minudente em excesso.

Em Curitiba o Código já trouxe benefícios e o curitibano já se acostumou a citar o Código 80.000 em suas cartas, propiciando, aqueles que mantêm correspondência com ele, meios para que mencionem o número.

Ao final de nosso discurso diremos quais as razões de estarmos abordando este assunto. Antes, porém, uma explicação.

O Código é constituído de 5 algarismos. O primeiro, representa a região postal. O segundo, a zona postal. O terceiro, o setor postal. Os dois últimos números representam localidade, logradouro ou Distrito.

Para utilização deste Código ele foi dividido em dez regiões postais.

Temos conhecimento que no estrangeiro, nos grandes países o Código já existe de há muito, e tem aplicação cotidiana, corriqueira, não há mais dificuldade. Mas, quando se instituir numa nação da extensão da nossa, temos que entender que ele deve ser empregado paulatinamente. E não será já nos primeiros meses, que esse Código encontrará consulentes que, ora, vão entender perfeitamente, mormente se considerarmos o interior.

Então, gostaria de sugerir às escolas brasileiras, especialmente às escolas do Paraná, que as professoras fizessem testes com seus alunos, ministrassem conhecimentos desse Código, para que, pelos ensinamentos, os alunos ensinasse aos seus pais a maneira de como se deve endereçar corretamente uma carta. Com isto, as escolas paranaenses estarão prestando grande serviço. E vamos mais longe, vamos levar esses ensinamentos aos quartéis. Porque o soldado é o homem que se desloca de sua região e, conseqüentemente, se vale da correspondência para se comunicar com sua família, com sua namorada, com seus parentes.

Então, fica aqui também a sugestão para que os quartéis ensinem os soldados a manusearem o Código Postal. E, com isso, estaremos beneficiando o Brasil, no que tange a esse meio de comunicação tão valioso que é a carta, principalmente considerando-se o imenso território que é o Brasil.

O Sr. Antônio Lopes Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, aplaudo intensamente o assunto que V. Exa. traz, hoje, ao conhecimento desta Casa.

Entendo, Sr. Deputado, que a Empresa de Correios está exagerando um pouco. Não é possível que pela simples falta do Código Postal, o funcionário não saiba onde fica Ponta Grossa, Guarapuava, Irati, etc., é exagero.

E isso vem justamente, Sr. Deputado, numa época em que se fala em comunicação, quando se diz que o mundo está pequeno pela comunicação, entretanto, vemos, numa repartição, que um simples papel leva dois dias para chegar de um funcionário a outro; que uma carta demora quinze dias, fica retida, porque não tem o número do Código. Isto só seria possível se essa distribuição fosse feita por robô, que age mecanicamente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. tem razão em seu aparte. E acreditamos que o Correio esteja querendo forçar o emprego do Código, porque, até aqui, bem ou mal, as cartas quase sempre chegavam a seu destino. E nós já citamos aqui as razões para que a confusão se estabeleça. Vejamos. Exas. por exemplo, com relação ao selo, há uma porção de recomendações sobre a maneira de colocar o selo no envelope. Quer dizer, complicam-se as coisas. Diz o Código: (lendo):

“1 — Ao postar a sua correspondência, coloque o selo no canto superior do envelope.

2 — Havendo mais de um selo, utilize sempre a parte lateral superior direita do envelope.

3 — Não coloque o selo no verso ou na parte lateral esquerda do envelope.

4 — Não use grampos metálicos nem goma em demasia para despachar sua correspondência.

5 — Utilize os envelopes recomendados pelo Correio.

COMUNIQUE seu Código de Endereçamento Postal aos seus correspondentes habituais.

ACRESCENTE o Código de Endereçamento Postal em seu cartão de visitas e nos papéis oficiais de sua firma.

ATUALIZE o arquivo de sua firma acrescentando aos respectivos endereços, os Códigos de Endereçamento Postal.

LEMBRE-SE que é importante acrescentar o Código de Endereçamento Postal ao seu endereço.

CONSULTE-NOS: a ECT estará sempre à sua disposição para esclarecer suas dúvidas relativas ao Código de Endereçamento Postal.”

Uma coisa que gostaríamos de frisar e sabemos que uma professora terá o cuidado de antes manusear o Código, para depois dar aula a seus alunos, — é de que em localidades pequenas, onde ainda não há Código, para essas localidades, o endereçamento deve ser feito para o município que tem jurisdição sobre aquela localidade. Vamos exemplificar: a pessoa vai escrever para São Francisco do Imbaú, é um distrito que pertence ao município de Congonhas, que é por mim representado aqui nesta Assembléia. Como não existe no Código o nome desse distrito, então deve-se escrever o número do Código de Congonhas.

São explicações que necessitam ser dadas, daí porque estamos, hoje, fazendo aqui esta sugestão às escolas, aos quartéis e a tantos outros organismos que vivem como uma coletividade. Temos certeza que a sugestão que fazemos há de encontrar eco e esse trabalho em muito ajudará o ser-



viço dos Correios e Telégrafos. E se entendem eles, que se basearam em países mais adiantados, onde esse Código já tem aplicação com resultados satisfatórios, se entendem eles que o Código melhorará, acelerará e trará mais eficiência a esse trabalho de postar cartas, vamos ajudar a empresa dos Correios e Telégrafos, pedindo a ajuda dos quartéis e das escolas.

Sr. Presidente, finalizando, solicito a V. Exa. que a Casa officie à 5a. Região Militar e à Secretaria de Educação e Cultura, comunicando o apelo feito da Tribuna da Assembléia para que, nos quartéis e nas escolas do Paraná, o Código da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos seja comento, manuseado e que os instrutores e professores ensinem como se deve endereçar corretamente uma correspondência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, terceiro orador inscrito.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Louvada em parecer da Comissão de Tomada de Contas, esta Casa acaba de aprovar, por unanimidade, a prestação de contas enviada pelo Executivo, correspondente ao exercício financeiro de 1970, de responsabilidade do ex-Governador Paulo Cruz Pimentel.

O relatório que tivemos a oportunidade de apresentar aos companheiros da Comissão de Tomada de Contas, após estudo cuidadoso do processo, mereceu endosso integral e unânime, vindo a Plenário ratificado e já como parecer daquele órgão técnico.

Examinado por sua vez por todos os nobres Srs. Deputados, foi o parecer aprovado em 3a. discussão. Não houve reparos nem debates. Nenhuma voz se ouviu para contestar a legalidade ou oportunidade dos gastos efetuados naquele exercício e naquela gestão.

(Lendo): "O episódio Legislativo foi tão plácido que aparentou uma rotina infelizmente falsa. Porque além do julgamento de um processo administrativo, ao apreciar, votar e aprovar essa Prestação de Contas, julgamos sobretudo um processo político.

Como Presidente da Comissão de Tomada de Contas há mais de oito anos e como relator do processo, podemos afirmar que nunca se trabalhou com tanto empenho, esmiuçando-se com tanto cuidado, como na apreciação técnica e legislativa desse relatório financeiro.

Não que houvesse espíritos em prevenção. Não que se esperasse encontrar irregularidades.

O cuidado foi estremado porque da aprovação ou recusa dessas contas estava pendente o julgamento de uma fase administrativa do Estado. Um homem, sua gestão e sua equipe e a honorabilidade de todos eles, haviam sido colocados em dúvida aqui mesmo; neste recinto, na assunção de seu sucessor, originando até uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa responsabilidade política era uma preocupação palpável, e de todos nós, que esteve presente neste Plenário sempre que cada um dos Senhores Deputados, em vezes consecutivas, respondeu nas votações com seu aprova.

No final, o que restou também não foi rotina.

Foi a certeza, também, de haveramos dado um julgamento cuidadoso, imparcial, consciente. Devemos veredito não apenas em um processo legislativo, mas em processo político que começou com inflamado libelo. E que teria que ser mais sério e cuidadoso porque o promotor estava ausente.

A honestidade, Senhores Deputados, não é qualidade de Governo.

É obrigação, é pressuposto: portanto não merece ser apregoada.

Porém, no caso atual, em que foi colocada publicamente em dúvida por pessoa de quem se esperava responsabilidade, é necessário que esta Casa, ao encontrar sua resposta, revele, a todos a única verdade, para que dúvidas não pairam e a injustiça não subsista.

O ex-governador Paulo Cruz Pimentel, autor de uma das obras administrativas mais notáveis de que temos conhecimento, pode orgulhar-se, também, de ser o único Chefe de Executivo Paranaense a ter as suas contas integralmente aprovadas pelo Poder Legislativo, sem oposição nem reparos de qualquer natureza.

Esperamos, sinceramente, poder dar igual parecer e idêntica conclusão quando julgarmos as contas do sucessor do Senhor Paulo Cruz Pimentel, não permitindo as contas a inversão de papéis e a insubsistência das acusações por ele levantadas, modifiquem a nossa imparcialidade.

Depois disso, esperamos poder voltar à rotina.

Só poderá haver satisfação de nossa parte quando, verificada a lisura dos nossos negócios do Estado, possamos dar o nosso aprova rotineiro, sem este caráter excepcional de julgamento político.

A nossa missão não é dar justiça aos homens, mas ao povo.

Nosso julgamento fiscalizador não é para punir, nem para premiar.

Ele é para fazer cumprir os objetivos maiores dos Legislativos no sistema democrático, que são votar orçamentos e verificar sua execução.

Depois deste episódio, Senhores Deputados, apesar da satisfação de estarmos fazendo justiça ao ex-Governador Paulo Cruz Pimentel, e ante a expectativa de procedimento semelhante com seu sucessor, reafirmo o nosso desejo de retorno à rotina, com votações despreocupadas e despercebidas. Porque esta é a rotina da democracia, quando exercida por homens de bem, sucedendo homens de bem.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não o aparteei antes porque não queria interrompê-lo em sua leitura. Porém, queria apenas fazer uma pequena observação com relação a História Política do Paraná.

Lembrava-me agora, quando V. Exa. lia esse documento, das declarações feitas, inclusive que causaram estardalhaço na imprensa do Estado e fora do Estado, pelo Governador que assumiu, logo após haver concluído o seu mandato, o Dr. Paulo Pimentel. Lembro-me bem do mal-estar causado aqui nesta Casa quando o novo Governador denunciava o que saía, e insinuava, maliciosamente e afirmava que a situação do Estado era a pior possível, que a situação do Banco do Estado, e as negociações do Banco do Estado eram alarmantes, e assim por diante.

Lembro-me, ilustre Deputado, faz tão pouco tempo, da repercussão causada por estas afirmações do então Governador, não posso esquecer também, ilustre Deputado, que poucas vozes, pouquíssimas, talvez duas, contestavam, na época, o homem que detinha o Poder; quase todos estavam de acordo com o que ele afirmava.

Passaram-se os tempos, apenas um ano e pouco — veja o capricho do destino — hoje, o Tribunal de Contas do Paraná aprova unanimemente e esta Assembléia também, unanimemente, as contas inquinadas pelo sucessor de Haroldo Leon Peres, e a Administração, inquinada de maldosa, aprova unanimemente, e esse mesmo Tribunal de Contas, veja o destino, ilustre Deputado, veja o que é a política, veja que, aqueles que detêm o poder às

vezes esquecem que ele é efêmero, e o homem que detém o poder, julgando-se o todo poderoso, não poderia avaliar que estava tão perto de ser apaeado deste mesmo poder, o Tribunal de Contas nega hoje a aprovação, às contas daquele que acusava o seu antecessor. Qual será a posição da Assembléia em relação à decisão do Tribunal de Contas do Estado, relativa às contas do Sr. Haroldo Leon Peres, que dizia haver desonestidade na aplicação de recursos pelo Governo anterior?

O que ficou claramente provado, foi que a administração passada obteve apoio do Órgão Técnico e do Órgão Político, unânimes. Vejamos o que acontecerá com as contas do Sr. Haroldo Leon Peres.

Faço esta reflexão neste instante, para lembrar fatos que são históricos na vida do nosso Paraná, e que sirvam de exemplo de uma lição para todos nós, para este Poder, para os Deputados, e como exemplo para a vida pública paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa., que de certa forma colabora com o nosso ponto de vista. E quero dizer e informar aos errantes Deputados, que devem estar chegando hoje, na Comissão que temos a honra de presidir, a Comissão de Tomada de Contas, as contas do ex-Governador Haroldo Leon Peres. No entanto, não tive tempo ainda, nobre Deputado, de ler pelo menos o que ali estava, mas pelo que se observa — não querendo nobre Deputado, fazer defesa de quem quer que seja, eis que não somos a palmatória do mundo — carece de um estudo muito profundo. Irei convocar solenemente a Comissão de Contas, irei convocar todos os membros desta Casa, deixando as portas daquela Comissão abertas, para que o povo saiba que apesar deste incidente, apesar deste lamentável episódio, é com muita isenção que iremos apreciar os números frios que lá estão.

Agradeço o aparte, e antecipei de certa forma o meu ponto de vista, sobre julgamento que iremos fazer; iremos nos ater exatamente aos números, porque, pelo que me parece, à primeira vista, a impressão que se tem é de que a resolução do Tribunal de Contas é mais uma vingança, uma represália política, porque não vimos ali, neste exame superficial, nada que venha a comprometer nem o próprio Sr. Haroldo Leon Peres.

Mas isso, eu me reservo para, em outra oportunidade, em presença de todos aqueles que queiram estar presentes, a exemplo do eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira que já mostrou o seu desejo de, no instante em que a Comissão se reunir para apreciar estas contas, estar presente, dar satisfações não só aos membros da Comissão, mas também a toda a Casa, para que este processo, principalmente este processo em que estão envolvidos três Governos, seja examinado por todos os Srs. Deputados. Ainda hoje, nobre Deputado, eu tive o cuidado de telefonar a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda para que nos envie elementos capacitados para nos ajudarem nos exames profundos que temos que fazer nesta Casa.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Certamente nós não esperávamos, nem o Paraná esperava e V. Exa. outra coisa, senão agir com cautela. Pode estar certo que a Oposição, ao analisar as contas na oportunidade que certamente será dada, com toda a isenção nós estaremos, tenha certeza, disto; sempre estivermos numa posição opcionista ao Governo Haroldo Leon Peres, mas não seria agora que ele não detém mais o poder, porque para nós, para mim pessoalmente, há fascínio contra aqueles que detêm o Poder, mas no momento em que o Governante desce, eu acho que é necessário examinarmos com muita cautela e ponderação. Agora, se o Tribunal de Contas, agiu de forma faciosa, ou tendo em vista uma medida, é necessário que nós todos procedamos com absoluta cautela, porque se isto for verdade, como acabou de dizer V. Exa. ninguém estará em segurança, porque num Tribunal de Contas, na lhança do seu comportamento, reside a esperança final daqueles que manejam o dinheiro público, que são certezas, são quase milhares, trezentos e tantos municípios, órgãos de Governo e a reputação de todos está na dependência de um dos pareceres de um Tribunal de Contas. Se este Tribunal for capaz, não creio nisto, de agir facciosamente, é necessário que se tome providências para que isto não ocorra, porque todos nós, direta ou indiretamente, estamos na dependência do julgamento de um Tribunal desta ordem; por isso, nobre Deputado, se isto se verificar, como V. Exa. acaba de afirmar, possivelmente houve facciosidade. É necessário que providências drásticas e enérgicas sejam tomadas para que a honra e a dignidade de administradores públicos, não estejam sujeitas a pronunciamentos políticos e facciosos.

O SR. PAULO POLI — Vou permitir o aparte ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues, mas queria antes dizer que por gentileza do Dep. Maurício Fruct, especial ao Presidente da Comissão de Tomada de Contas, que era o orador seguinte, nós invertamos a ordem de inscrição, e nós temos a responsabilidade de reservar a S. Exa. alguns minutos. Isto feito, é com satisfação imensa que concederei o aparte a V. Exa. Antes porém, respondendo ao aparte do nobre Deputado Nivaldo Krüger, queremos deixar claro que nos parece, pelo que tivemos a oportunidade de ler hoje ligeiramente na 1a. Secretaria, que no seu parecer, o Tribunal se contradiz várias vezes porque diz que não teve tempo suficiente para examinar as contas; não mostra em cifras onde estão as fraudes, mas relata episódio político. Tenho a impressão de que aquele órgão deve se ater exclusivamente à cifras e ainda havia falta de documentação para comprovar gasto de verbas indevidamente. Não tenho prevenção contra ninguém mas, não é possível, e esta Casa também não pode permitir que se tripudie sobre aquelas que já se foram.

Mas se documentos houverem de fato, que o venham chamar à responsabilidade, aí então sim, temos que nos ater a estes documentos.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para secundar as palavras do nobre Deputado Nivaldo Krüger, eu quero ressaltar, e seria necessário, isto a V. Exa., a importância do exame das contas do Governador Haroldo Leon Peres. Digo isto porque o parecer do Tribunal de Contas foi dado à publicidade não só pela imprensa do Estado, mas pela grande imprensa do País.

E a forma com que foi publicado, deixa a Assembléia numa situação politicamente, muito delicada para a apreciação da matéria.

Palavras e comparava-se as despesas de um Governador, em uma viagem, com a de outro Governador, em uma viagem semelhante.

Ora, e dando um sentido maldoso à discrepância dos gastos de um e de outro, embora eu entenda que um governador em determinada viagem possa gastar muito mais que o outro, desde que ele pague por exemplo, um banquete com que foi homenageado através da sua verba de representação o o outro não o faz.

Isso é importante, saber o que está por trás da apreciação que o Tribunal de Contas fez das despesas efetuadas pelo então Governador Haroldo Leon Peres.

Eu mesmo tinha conhecimento na minha região, em vários governos, de secretários que para lá se deslocam, e uns pagam banquetes, outros não pa-



gam. Conheço vários e posso trazer aqui notas de despesas que pagaram, que afinal de contas, usaram da verba de representação para cobrir gastos que, às vezes, as Prefeituras se encarregariam de fazer, e outras não.

É preciso pois que se examine com isenção o problema, para que possamos salvaguardar já, não mais a honra do ex-Governador que saiu, mas salvaguardar a dignidade da Assembléia.

É necessário este exame consencioso, e eu fico satisfeito em saber que V. Exa. propiciará a todos os Srs. Deputados, indistintamente, a oportunidade de um contato próximo e direto com a matéria.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, encontro-me nesta Casa há quase dez anos, e não me lembro ainda que pudesse este Plenário, abordar e discutir contas de um Governador nos termos em que vem sendo discutido agora nesta Casa.

Não me lembro mesmo, de ter visto, o Tribunal de Contas recusar conta deste ou daquele Governador.

É matéria nova, matéria inclusive, que a gente precisa analisar com carinho, com cuidado e com extremo zelo, porque os Deputados ao que me parece, não conhecem o problema. Não li ainda as contas, nós estamos diante de uma decisão do Tribunal de Contas, evidentemente, de represália. E a Assembléia não foi feita para isso, a Assembléia não deve se prestar para isso. Se as contas estiverem certas, dentro das rubricas orçamentárias, não vejo porque se ceva endossar um possível pronunciamento técnico do Tribunal de Contas, que tenha este efeito de represália.

Outra coisa, Sr. Deputado. Considerando que esta matéria vai dar muito pano pra manga, que este assunto será objeto de muitas e segundas manchetes, ainda gostaria de fazer um apelo a V. Exa. V. Exa. é o Presidente da Comissão de Tomada de Contas, então gostaria, que quando recebesse este processo, verificasse se ele está realmente perfeito, se ele está pelo menos com as suas folhas rubricadas, pelo menos com as suas folhas numeradas, de forma que se autentiquem todas elas, quando encaminhadas a esta Casa.

Era o aparte que eu pretendia dar a V. Exa. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado Armando Queiroz, V. Exa. é muito hábil e muito inteligente, fez uma insinuação que provocou uma resposta de minha parte.

V. Exa. deveria estar na Primeira Secretaria hoje, quando recebi do Tribunal de Contas, as contas do próprio Tribunal e que notei que aquelas folhas do processo não estavam devidamente rubricadas. E já dei ordens aos meus companheiros que devolvam aquele processo, para que venham devidamente numeradas e rubricadas as folhas, para que não se diga que esta Casa tenha tirado ou incluído nada.

De modo que a observação de V. Exa. é oportuna; sei onde quer chegar o eminente Deputado, mas eu não sou tão ingenuo, nós, Deputados, esta Casa, não é tão ingenua, a ponto de receber um processo, sem que tenha numeração e assinatura em todas as folhas. Já constatei a priori esta falha e já determinei a um dos meus assessores que devolvesse e que oficiasse ao Tribunal de Contas, para que as contas daquele órgão venham devidamente autenticadas.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Com prazer. Mas já ressalvei que estou tomando um tempo que me foi concedido gentilmente pelo nobre Deputado Maurício Fruet, que é Vice-Presidente da mesma Comissão, com quem, se assim V. Exa. entender, poderá manter diálogo. Mas, desde que seja breve, eu concederei o aparte.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Agradeço. Vimos que V. Exa. fez a concessão do tempo ao Deputado Maurício Fruet e a outros Deputados e me senti com o direito de pedir este aparte a V. Exa. Apenas por dois motivos: — 1.º, para congratular-me com a Casa e com o pronunciamento de V. Exa. pela aprovação das contas do ex-Governador Paulo Pimentel; em segundo lugar, para manifestar a minha opinião com relação ao problema do Governador Leon Peres.

Creio que este não é o momento exato de discutirmos o acerto ou não das contas do Governador Leon Peres; porque estas contas sequer, como disse V. Exa., foram examinadas pela Comissão técnica da Casa. Mas já que o assunto veio à baila e que o Deputado Armando Queiroz estranha que pela primeira vez o Tribunal de Contas tenha exarado o seu parecer prévio, contrário a aprovação de contas de um governador; eu diria que também pela primeira vez, desde a Revolução de 1964, eu vi um governador deixar um mandato como o Sr. Leon Peres deixou. Portanto, não há nada que estranhar, neste fato. Cabe a esta Assembléia, isto sim, com a independência que deve ter, com cuidado, analisar estas contas.

Agora, o parecer do Tribunal de Contas está coerente com o procedimento, inclusive, à primeira vista, da própria Revolução Brasileira. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos ocasião de endereçar ao Sr. Governador, subsídios visando instituir em nosso Estado, o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, com o objetivo de prestigiar e promover a implantação de novas indústrias em nosso Estado. E ao mesmo tempo, fundamentalmente, aplicar-se recursos em regiões subdesenvolvidas no Paraná.

Sabem os Senhores que é possível em Curitiba e na maior parte das cidades paranaenses, presenciarmos transições da chegada do homem à rua.

Sabem os Senhores que é possível conversarmos instantaneamente de Curitiba com qualquer parte do mundo. No entanto, sabem também, que ao lado do município de Curitiba, cidades com infra-estrutura necessária e oferecendo condições para implantação de indústrias, nem sequer possuem aparelhos telefônicos para se comunicarem com a Capital o que ocasiona prejuízos, para o desenvolvimento do Paraná.

Assim temos Mandirituba, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, onde está a maior fábrica de cimento do Estado, Cerro Azul, ligados à Capital apenas pelo telegrafo.

Há necessidade de o Estado dar maior atenção aos referidos municípios, em como a inúmeros outros, localizados em todo o Estado. Não seria necessário citarmos os nomes dos municípios, porque todos os Senhores conhecem o Estado melhor do que eu.

Por esta razão apresentamos um anteprojeto de lei com 22 artigos e infelizmente, pelo adiantado da hora, não iremos apresentar maiores detalhes a este respeito. Simplesmente, por acharmos que alguns artigos e o espírito e a filosofia deste Projeto poderiam conflitar com determinados órgãos exis-

tentes na vida administrativa do Paraná e com o objetivo, acima de tudo, de evitar que por causa destes fatos haja um veto voador por parte do Executivo, encaminhamos o Projeto a S. Exa. o Governador do Estado, sugerindo a criação de um Grupo de Trabalho, do qual integrarão representantes das diversas autarquias mistas paranaenses, que farão, dentro de um breve espaço de tempo, uma análise do referido anteprojeto de lei e, no caso de haver viabilidade, apresentar a esta Casa uma Mensagem para corrigir este problema.

Baseamos-nos inclusive, em pronunciamentos já realizados nesta Casa pelo Deputado Nivaldo Krüger, com quem conversamos hoje, momento antes do início da sessão e dizia S. Exa. que pretendia apresentar — e tem já elaborado — um projeto desta natureza.

Porém há uma obstáculo que este Projeto seja encaminhado ao Chefe do Executivo para sua sábia análise, levando em consideração que o Governador do Estado tem demonstrado seguidamente uma grande preocupação em promover incentivos, em realizar viagens junto a empresários de outros centros do País e mesmo estrangeiros, com o objetivo de trazer ao Paraná indústrias pioneiras, com o objeto de diversificar e ampliar nosso parque industrial.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet, é de grande importância o assunto abordado por V. Exa. neste instante. V. Exa. vem realizando extraordinário trabalho relacionado com o problema do desenvolvimento do Estado do Paraná e coincidentemente, também nós vamos desenvolver trabalho neste sentido.

Quero, nesta oportunidade, ilustre Deputado, convidar V. Exa. para integrar, nesta Assembléia a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná. Esta Comissão tem uma equipe de técnicos trabalhando exatamente num projeto desta ordem. Creio que a coincidência de objetivos e os caminhos para chegar a esses objetivos são animadores. Portanto, o trabalho de V. Exa. há de servir de subsídios aos mesmos e também ao projeto que apresentarei certamente na sessão de amanhã, projeto que visa instituir o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, que vem estudado há mais de seis meses e que tem a finalidade de promover o setor secundário da atividade industrial do Paraná. Cumprimos V. Exa. pelo trabalho e espero que o Sr. Governador seja sensível e encontre os subsídios necessários ao trabalho que V. Exa. encaminha através desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte e a gentileza do convite que V. Exa. nos faz. E, ao mesmo tempo, congratulamo-nos com V. Exa. pelo trabalho paralelo que está efetuando com os mesmos objetivos do nosso.

Mas, gostaria de lembrar, eminente Deputado, que se tomamos a liberdade de enviar este Projeto em forma de sugestão, ao Sr. Governador do Estado, para que se crie um Grupo de Trabalho para análise deste Projeto e simplesmente porque o mesmo poderia conter alguns artigos que colidisse com atribuições de órgãos da administração pública, ou com autarquias existentes no Paraná. E, com isso, estaremos evitando um veto governamental.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Irreflexamente, queremos fazer um agradecimento aos ilustres Srs. Deputados Arthur de Souza e Maurício Fruet, que abreviaram a sua participação na Tribuna, no dia de hoje, para que pudéssemos, desta Tribuna, prestar uma homenagem ao Trabalhador Rural, que tem, amanhã, dia 25 de maio, o seu dia a sua homenagem.

(Lendo): "Os problemas sociais não se originaram, na era atômica, em nosso tempo, embora pareçam sem muito mais acentuados nesta época. Desde os primeiros tempos da humanidade estes problemas existem e estão a reclamar urgentes e satisfatórias soluções.

Surgiu, principalmente com o Regime da Escravidão, em que todas as grandes obras foram levantadas pelo trabalho dos escravos para satisfazer a vaidade dos grandes senhores e reis. Tinha-se a concepção de que o trabalho era simplesmente desprezível, mas que era necessário para que se mantivessem os que se dedicavam aos estudos ou às guerras. Era a ambição de conquistas e domínios de impérios e reinados. Difíceis eram as transações comerciais e o transporte marítimo fazia-se com o uso das Galés. Não existiam indústrias, e os problemas sociais se agravavam, mais e mais. Este sistema sub-humano de vida perdurou até que, segundo nos conta a própria História da Civilização, numa cidade da Judéia, que então fazia parte do grandioso Império Romano, um homem diferente nasceu: — CRISTO! Este homem veio valorizar o trabalho, dignificar o ser humano, quer fosse ele escravo, príncipe ou rei, introduzindo, assim, normas para que a sociedade fosse mais humana.

Já os homens começavam a considerar e a seguir a nova doutrina. Na Idade Média apareciam os Feudos, que eram pequenos aglomerados em torno dos Castelos dos nobres, e onde os servos eram mais considerados que os escravos, e se dedicavam à agricultura e a outros trabalhos. O comércio se expandia, o artesanato se desenvolvia e apareciam as corporações, que eram associações onde os artesãos se reuniam para discutir e resolver os seus problemas. Tudo concorria para que houvesse um pouco mais de equilíbrio na sociedade. Foi então que três fatos sociais vieram como que derrubar aquela certa estabilidade ou equilíbrio social, e causar maiores e mais graves problemas, que até hoje se refletem.

Esses três fatos consistem no seguinte:

1 — A Reforma Religiosa: que, quebrando a unidade da Fé, fomentou a verdade de uns e a resistência de outros, dividindo a sociedade, estabelecendo princípios contraditórios e "verdades infundadas".

2 — A REVOLUÇÃO FRANCESA: que, em 1789, adotando o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", só se preocupava com a liberdade dos pequenos. As associações de trabalhadores foram terminantemente proibidas (Lei Chapelier, 1791). Já em 1776 tinham sido proibidas as Corporações, e a sociedade toda, disso se ressentia.

3 — REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: que deu origem ao Capitalismo (liberal), como fórmula (errada) de solução para os problemas sociais. Mas, segundo Leão XIII, "A influência das riquezas nas mãos de um pequeno grupo, ao lado da indigência da multidão, e os trabalhadores entregues à mercê de senhores desumanos e à coação de uma concorrência "desenfreada" fazia com que existisse uma pequena classe a gozar de tudo e uma grande classe a sofrer a miséria e a injustiça".

E, por incrível que possa parecer, até há bem pouco tempo o trabalhador rural estava completamente esquecido, à margem absoluta de todos os seus direitos, nem sequer um dia do calendário havia se cogitado em fixar para louvar esse grande herói nacional, pelo menos como um começo para lem-



brar que ele também existia. E, aqui, cumpre-nos lembrar que, mesmo a escolha de uma data, entre os trabalhadores de todos os Países, como demonstração legitimamente significativa de solidariedade e de consciência obreira — data de reivindicações consideradas pela classe possuidora como exigências inadmissíveis e afrontosas, uma espécie de batalha social que ora agisse no terreno propriamente dito das idéias, ora no dos fatos materiais, luta de classes, implacável e demolidora e ao mesmo tempo renovadora e re-constitutiva, — foi motivo de cogitações e discussões entre os delegados ao memorável e histórico Congresso de Genebra, em setembro de 1864, em que ficou fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Foram necessários inúmeros incidentes, reuniões, greves, até mesmo chacina, quando sete vanguardários operários foram condenados, passando para a história do proletariado como "os mártires de Chicago" até que foi escolhida a data de 1.º de maio, em 1888, em Congresso da Federação Americana do Trabalho, sendo generalizada a data a partir de 1890.

Isto já representava uma grande revolução, mas, o trabalhador rural ainda permanecia esquecido, porque, dentre todas as classes trabalhadoras, não sabemos o porque, a classe trabalhadora rural é sempre a última lembrada, quando deveria ser a primeira, porque é no trabalho incansável desses insígnies homens que está a base de toda a riqueza nacional.

Só mesmo um Governo como o do inesquecível Castelo Branco poderia lembrar desse memorável homem que trabalha na terra, de que é exemplo a Lei n.º 4.338, de 1.º de junho de 1964, que fixa o dia 25 de maio como a data comemorativa ao Trabalhador Rural.

Eis o texto da Lei na íntegra:

"O Presidente da República,

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É fixado o dia 25 de maio como a data comemorativa do Trabalhador Rural.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de junho de 1964, 143.º da Independência e 76.º da República. Humberto Castello Branco".

Obs.: Publicado no Diário Oficial da União de 04 de junho de 1964.

E a lembrança não se deu apenas no texto frio da Lei, pois, não devemos nos esquecer que foi no Governo Revolucionário de Humberto Castello Branco que começou a haver respeito pelo trabalhador rural, que se começou a olhar que existia o trabalhador rural do Brasil. Assim, dentro de novas filosofias, saiu o Fumrural, o Estatuto da Terra. O País foi livrado da sanha dos politiqueros, introduzindo-se uma política de reformas autênticas em favor do povo, e, principalmente dos que trabalham na terra.

E, para maior honra e orgulho nosso, temos hoje na pessoa de Sua Excelência General Emílio Garrastazu Médici o maior defensor da classe trabalhadora rural, que já no seu discurso de posse deixava bem claro o seu cuidado pelo homem do campo, quando assim se expressou: "Ao assumir a Presidência da República proclamei a fé no homem e no campo, acentuando que o dever dessa hora é a integração do homem do interior no processo do desenvolvimento nacional. Isso não se faz somente dando terra a quem não tem e quer, e pode ter. Mas, se faz levando ao campo, entre outras coisas, a assistência médica e a previdência rural. Por outro lado, reconheço que desde os anos de 50, nosso esforço desenvolvimentista vem sendo predominantemente industrial e de forma desequilibrada em relação ao setor agrícola. Pela correção dessa anomalia era e é necessário considerar o homem, primordialmente o homem do campo, a primeira de nossas infra-estruturas básicas. Por isso é que quero acentuar: "É que começo pelo campo; é que no campo está a maioria de nós mesmos; é que do campo vem a nossa alimentação; e, do campo sai a parte mais valiosa de nossa pauta de exportações. Dando prioridade ao campo, estou dando prioridade à valorização do homem brasileiro".

Não menos explícitas foram suas palavras ao término do ano de 1970: "Meu governo continuará fiel ao espontâneo compromisso de realizar a revolução no campo, para que possa suprir as necessidades do nosso imenso contingente humano e ajudar a humanidade sempre mais faminta".

Por outro lado, não podemos perder a oportunidade de lembrar as suas palavras ao apresentar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural: "Obediente aos postulados da Revolução de Março, motivadores da ação de meu governo, venho apresentar ao Congresso Nacional, um Projeto de Lei que objetiva, dentro das possibilidades atuais, o cumprimento dos propósitos de amparo ao homem do campo. Trata-se de instituir programa de assistência especial ao trabalhador rural e seus dependentes, ampliando também os serviços de saúde, já concedidos pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — Fumrural, e os benefícios, entre os quais sobrelevo a aposentadoria, o auxílio à invalidez e a pensão, que vêm somar aos que já estão sendo concedidos no tocante à assistência médica hospitalar e odontológica. Em consonância com a filosofia da Revolução e do Governo, avesso ao paternalismo e à demagogia, o Projeto de Lei ora submetido à consideração do Congresso Nacional não cria novos órgãos na administração, mas apenas reorganiza e revigora um órgão já existente. Adota para a execução do plano esboçado, o processo de descentralização e delegação a terceiros e estabelece um sistema de custeio por contribuições atualizadas, que se apropriam aos preços do mercado. Assim, com critério realista, sem acenar ao trabalhador rural com promessas inexecutáveis, assegurando-lhe, entretanto, as melhorias a que tem inegável direito, substitui-se o plano básico da Previdência Social, excelente como concepção teórica, mas até agora de reduzido efeito prático, por um complexo de medidas objetivas, que não representam por certo o programa ideal em prol do trabalhador rural e sua família, mas aquele que o estágio presente da economia do País pode suportar. É todavia, importante salientar que o ônus decorrente da Previdência Social imposto às empresas, e por elas incorporadas aos custos pesa sobre todos os consumidores, e, inclusive sobre os homens do campo, parcela equivalente a mais de 50% de nossa população, sem que essa fração tão grande receba, em contrapartida, a assistência idêntica dispensada ao homem da cidade. Para que, mediante uma decisão corajosa, a cidade ajude o campo como o campo vem ajudando a cidade, é que se deve implantar um programa de assistência, fazendo com que os trabalhadores rurais se radiquem na gleba que cultivam e levem a sua produtividade em proveito também do consumidor cidadão, e desfrute dos elementares recursos indispensáveis a uma vida melhor, mais sadia e mais tranquila".

Publicada a Regulamentação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, a classe rural pode agora desfrutar dos direitos que o Estatuto do Trabalhador Rural lhe dera em 1963.

A Lei que instituiu o PRORURAL garante ao trabalhador do campo aposentadoria por invalidez e velhice, pensão à sua família, auxílio funeral e assistência médica. Desde o mês de janeiro último, os trabalhadores rurais, bem como os pequenos produtores, que não tenham empregado, estão podendo pleitear os benefícios de aposentadoria por velhice (para os que tiverem mais de 65 anos de idade), ou por invalidez (para os que sofrerem de doença ou

defeito físico que não lhes permita trabalhar). Para conseguir esses benefícios, basta que o trabalhador rural comprove que exerceu durante 12 meses a atividade rural.

O caminho, que no futuro se deverá percorrer, será aquele em que se superem as excessivas desigualdades sociais, em que se busque o atendimento da exigência de elevação das classes trabalhadoras.

Assim, também sob a pressão contestatória e reivindicatória do operariado rural, de suas associações de classe, dos defensores de sua causa, tende-se a um sistema econômico com a participação e colaboração de todos os agentes da produção, dirigentes e operários, na criação e também na divisão proporcional dos benefícios e do lucro do trabalho coletivo. Este é um imperativo de Justiça e Fraternidade. Sem isto nunca se estabelecerá a paz e jamais o trabalho de todos, que teoricamente exaltamos, a todos encherá o lar e o coração de alegria e tranquilidade, também para servir a Deus e caminhar ao seu encontro".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este pequeno tópico que nós tivemos o trabalho de realizar nestes dois dias, ou estas homenagens, nós as prestamos ao Governo da Revolução. Não se quer dizer com isto que o trabalhador rural esteja totalmente satisfeito com os benefícios que tem recebido, apenas a nossa exaltação aqui, é porque faz muito pouco tempo que a nossa classe foi realmente lembrada, faz muito pouco tempo que se percebeu que o trabalhador rural é gente e que, como gente deve ser tratado, que ele não é uma parcela, mesmo sendo a menor, de uma população nacional, que deve ser esquecida.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas ao final do pronunciamento de V. Exa., eu gostaria de registrar aqui o meu ponto de vista acerca da matéria.

Em primeiro lugar parece que anteriormente a 64, nada existia nesta terra, dizem que se fez tudo, inclusive problemas de instalações de comunicação, esse quadro todo que nós vemos aí de utilização do progresso tecnológico que surgiu nos últimos tempos, parece que até querem culpar D. Pedro por não ter instalado televisão nesta terra — o que eu vejo, é a utilização do progresso tecnológico, e só o Governo poderia fazê-lo.

Mas eu gostaria apenas de opor à argumentação de V. Exa., uma entrevista que o Sr. Ministro da Fazenda deu à revista "VEJA", na última semana, em que, perguntado ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o desgasto do salário, que não corresponde às necessidades reais do trabalhador, Sua Excelência respondeu que, na verdade o salário mínimo havia se desgastado, mas o salário real, hoje é muito superior ao salário mínimo; então argumentaram a Sua Excelência, junto com os dados fornecidos pelo IBGE no último censo; Sua Excelência, em vez de fazer veladamente uma crítica ao IBGE, porque tudo aquilo que discorda do Sr. Ministro da Fazenda merece críticas neste País, hoje, Sua Excelência argumentava que o índice salarial do homem que vive no campo, que a larga faixa que vive no campo é que era responsável estatisticamente pelo dado, segundo o qual, uma parcela, uma grande parcela do trabalhador rural vive com uma receita familiar, em torno de 100 cruzeiros.

Veja V. Exa. como o Sr. Ministro da Fazenda, parece, critica a política do Governo Federal no que diz respeito ao homem do campo. Mas na verdade, o que eu vejo de mais sério no discurso de V. Exa., é que todo mundo sabe que em qualquer país desenvolvido do mundo, economicamente, o que se procura é a eliminação daquilo que tão orgulhosamente parece se querer proclamar aqui, a existência de uma classe rural. Na verdade, à medida em que o País se desenvolve, se localiza no campo, cada vez mais, um menor contingente de trabalhador. Assim tem sido em todas as nações mais desenvolvidas e nos parece que gostamos que permaneça no campo essa parcela imensa da população brasileira. Isto é a própria condição do homem que vive no campo, a marginalização do progresso social. Entendo que a grande política que o Governo possa fazer para beneficiar o homem do campo, é forçar o desenvolvimento industrial, é criar mercado de trabalho mais amplo nas grandes cidades para haver mais campo de trabalho, a fim de que o agricultor que fique no campo, o fique na forma de empresa, não sob esta forma que nós vemos hoje que se aproxima em muito daquilo que vigia na idade média. Deixo, portanto, aqui consignado este ponto de vista e vou mais além, vou afirmar a V. Exa. que se referiu a medidas do passado que considerava postas em prática por politiqueros, que será uma grande decepção, este plano de providência ao trabalhador rural. Digo esta afirmação para que V. Exa. lembre-se dela no futuro, não surtirá efeito, pois creio que é irreal é utópico.

O SR. LAZARO DUMONT — Nobre Deputado Sebastião Rodrigues — Se V. Exa. estivesse estado aqui na semana passada, quando nós tivemos oportunidade de falar sobre os problemas de uma das regiões, dos muitos problemas que tem o sudoeste do Paraná, nós mencionamos na oportunidade um estudo realizado no Estado de São Paulo em que apenas 29% da população paulista reside na zona rural e nós só nos consideramos realmente desenvolvidos quando a população rural também diminuir. Mas nós queremos que esta população rural crie condições para vir à cidade, que ela se desenvolva não com o sistema atual de êxodo rural, aumentando as grandes favelas não somente de Curitiba mas em toda cidade do interior, até nas pequenas cidades; queremos que esta população rural se desenvolva mas agora, nobre Deputado, eu não sou tão pessimista com respeito ao problema de previdência social. Acredito na realidade, é uma esperança, há quarenta anos, quando se criou tantos laps foi esquecido o laps rural. Não se pode negar que só a partir de 63, depois do advento do Estatuto do Trabalhador Rural...

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para dizer a V. Exa. que o Código que tem vigência, de 1919 cuida do processo agrícola, que a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalhador Rural, desde o tempo do Governo de Vargas esteve sob o amparo da CLT, embora sob muitos aspectos, com jurisprudência não definida, se entechavam, mas V. Exa. está cometendo uma grande injustiça aos administradores do País.

O SR. LAZARO DUMONT — Tínhamos estas leis como muitas outras que realmente poderiam ser usadas em benefício do trabalhador rural, mas não se conhecia a classe do trabalhador rural, negava-se a estes trabalhadores o direito que tinham. Somente a partir de alguns anos atrás é que se deu atenção à classe rural, é que foi organizada em sindicatos. Consideramos o movimento sindical apenas de oito anos atrás quando tivemos o Decreto de 1.963, mas não se punha em prática, em benefício do trabalhador, o que viesse dar proteção a ele, por isto nossa exaltação a este Governo que realmente fez com que o nosso trabalhador pudesse ser lembrado e merecer a atenção das autoridades. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.



Passaremos à apreciação dos projetos constantes da ORDEM DO DIA, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 101/71, aprova Convênio assinado em 19-11-69, pelo Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da área metropolitana de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 4/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 102/71, ratifica o termo aditivo, ao Convênio celebrado em 18-8-68, entre o Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9/72, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que referencia alienação de área de terras com 242.968 m<sup>2</sup>, situadas em "Morro Caieiras", Município de Guaratuba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 288/70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da Cidade de Rolândia. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 284/71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que denomina "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto", o atual Conjunto Arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou dele venham a se avizinhar. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 284/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado de "CENTRO CÍVICO MINISTRO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO", o conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou vierem a se avizinhar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Dep. Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo do que perpetuar o nome de um grande paranaense com a obra por ele idealizada e parcialmente executada. O atual Centro Cívico foi projetado e construído em parte pela administração governamental do estadista Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná, Primeiro Secretário da Câmara Federal em quatro períodos consecutivos e Ministro dos Negócios da Agricultura, cuja folha de serviços ao Estado e à Nação merece ser fixada como exemplo para a posteridade, através da denominação do conjunto arquitetônico que é motivo de orgulho para a Capital paranaense.

Se tal justificativa não bastasse, o "currículum vitae" dessa personalidade pública, que é o paranaense Bento Munhoz da Rocha Netto, cuja íntegra vai anexa ao projeto de lei hoje apresentado pelo autor a esta Assembleia, justificaria de sobejo esta e outras homenagens maiores que o Paraná deve a seu ilustre filho.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 284/71

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SÚMULA: Denomina o "Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Netto", o atual conjunto arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou dele venham a se avizinhar.

#### P A R E C E R

A justificativa oferecida pelo autor, por si, é suficiente para entendermos merecer parecer favorável por parte desta Comissão de Constituição e Justiça. Não fere nenhum dispositivo legal e constitucional em vigência.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzini — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovidio Franzoni

Cândido Martins de Oliveira

Maurício Fruct

Mugiatti Filho.

Ao referido Projeto, foi apresentada emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.** Será anexada ao Projeto.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que autografa Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 285/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica outorgado o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

a) Dep. Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Nenhum paranaense vivo merece deste Estado respeito e admiração maiores que o político e intelectual Bento Munhoz da Rocha Netto, cujo exemplo de homem público dedicado e impecável está marcado na própria História da República Brasileira. Filho de Caetano Munhoz da Rocha, duas vezes Presidente do Paraná, o paranguara Bento Munhoz da Rocha Netto elevou ainda mais altas as nobres tradições de sua ilustre família, projetando-as a níveis nacionais graças à sua atuação como Ministro de Estado e às obras culturais e literárias por ele legadas à Nação.

Anexo a este anteprojeto de lei vai o "currículum vitae" de um Ministro de Estado, Governador do Paraná, Deputado Federal que por quatro anos consecutivos ocupou a Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, mestre em cinco cadeiras diferentes de cursos universitários, engenheiro e sociólogo, lite-

rato e orador, cuja simples leitura, sem maiores comentários, justificaria por si próprio homenagens ainda maiores, se assim houvesse, a esta figura impar de paranaense que é o ilustre Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

#### BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO

Nascido em Paranaguá, Paraná Filho do Doutor Caetano Munhoz da Rocha que, por duas vezes, foi Presidente do Paraná, e de sua esposa D. Olga Carneiro de Souza Munhoz da Rocha.

Estudos Primários: Colégio São José, em Paranaguá.

Secundário: Ginásio Diocesano, dos Padres Lazaristas, de Curitiba, prestando exames parciais no Ginásio Paranaense.

Superior: Faculdade de Engenharia do Paraná.

Casado com D. Flora Camargo Munhoz da Rocha, tendo cinco filhos, todos casados.

Engenheiro-chefe da Divisão de Engenharia da Caixa Econômica Federal, (Paraná). Professor de História da América da Universidade Federal do Paraná. Professor de Sociologia da Universidade Católica do Paraná.

Ex-Professor na Faculdade de Engenharia das Cadeiras de "Economia Política e Ciência das Finanças", de Geologia, Mineralogia e Metalurgia".

Ex-Professor de Psicologia e Lógica, do Curso Pre-Engenheiro. Ex-Professor de "Problemas Brasileiros" da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Ex-Professor do Instituto de Teologia de Curitiba e da Escola de Altos Estudos de Administração Internacional.

Foi Presidente, por quatro vezes, do Círculo de Estudos Bandeirantes, de Curitiba. Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Secretário do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 7a. Região. Pertence à Academia Paranaense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Ao Centro de Letras de Paranaguá. Benemérito do Centro de Letras do Paraná. Benemérito do Instituto de Engenharia do Paraná.

Benemérito da Universidade Federal do Paraná. Grande Benemérito da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná. Professor "honoris causa" da Faculdade de Direito de Curitiba. Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná. Benfeitor do Colégio Internacional dos Cirurgiões, de Genebra. Benemérito da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Sócio Honorário de várias instituições culturais.

Cidadão honorário de Curitiba, Ponta Grossa, Joinville, Irati, Lapa, Apucarana, Guarapuava, Palmeira, Barracão.

#### CARGOS EFETIVOS

DEPUTADO FEDERAL, por duas vezes, tendo sido Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, em quatro períodos consecutivos.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

MINISTRO DA AGRICULTURA.

#### CONDEORAÇÕES

GRAN-CRUZ MAGISTRAL COM FAIXA, da Ordem de Malta.

GRAN-CRUZ da Ordem Nacional do Mérito da Itália.

GRAN-CRUZ da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha

GRAN-CRUZ de Orange Nassau, da Holanda

Grande-Oficial da Ordem do Mérito do Paraguai.

Grande-Oficial da Ordem do Mérito da Síria.

Comendador, da Legião de Honra da França.

Estrela da Solidariedade Italiana, de 1a. classe.

PLACA DE HONRA da Cultura Hispânica de Madrid.

Diploma de Honra do Mérito Rural.

Medalha de Tamandaré (Marinha de Guerra).

Medalhas de Ruy Barbosa e Marechal Hermes da Fonseca.

#### LIVROS PUBLICADOS

UMA INTERPRETAÇÃO DAS AMÉRICAS — J. Olímpio. Rio 1948

AN INTERPRETATION OF THE AMERICAS. Euro-American. N.Y. 1957.

PRESENCIA DO BRASIL — J. Olímpio. Rio 1960.

RADIOGRAFIA DE NOVEMBRO. Civil. Bras. Rio 1960.

Perfis. Ed. E.R. Curitiba. 1960.

RADIOGRAFIA DE NOVEMBRO. Civil. Bras. Rio 1961 2a. ed.

ITINERÁRIO. ed. E.R. Curitiba. 1961

ITINERÁRIO. ed. E.R. Curitiba. 1961

IMPRESSA. Distrib. Nac. de Livros. Curitiba 1962

MENSAGEM DA AMÉRICA. Imprensa Univers. Curitiba. 1962

MESSAGE FROM AMERICA. Impr. Universit. Curitiba. 1962.

TINGUIS. Impr. Universit. 1968.

ENSAIOS. Impr. Universit. 1969.

#### PREFÁCIOS

JOAQUIM NABUCO E A ELOQUÊNCIA PARLAMENTAR — Introdução aos Discursos Parlamentares. Imprensa Nacional. Rio 1949.

PINHEIRO MACHADO. Introdução ao livro de Costa Porto "Pinheiro Machado e seu tempo" J. Olímpio. Rio 1951.

ROTEIRO PARA UM ESTUDO DE BARBOSA LIMA. Introdução aos Discursos Parlamentares. Câmara dos Deputados. Brasília. 1963.

O SOCIOLOGO NA CORRENTEZA POLÍTICA. Introdução ao livro de Gilberto Freyre "Quasi Política". J. Olímpio. Rio 1966.

DAS ROCAS AO CATETE. Introdução ao livro de Café Filho "Do Sindicato ao Catete". J. Olímpio. Rio 1966.

NOVAS EXPERIÊNCIAS NOS CAMPOS GERAIS. Introdução à Monografia "Estruturas Agrárias - Campos Geraes". Imprensa Univers. Curitiba. 1968

PREFÁCIO AO DICIONÁRIO CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA. Grafipar. Curitiba 1967.

Da Necessidade da Divulgação da História Paranaense. Introdução à História do Paraná. Grafipar. Curitiba. 1969.

A Significação de Entre-Rios. Introd. a "Suábios no Paraná"; 1971

#### AVULSOS

Discurso de Orador da Turma, de Engenheiros Cívicos. Com o do Parainfo Prof. Abacilio Fulgêncio dos Reis. Curitiba. 1927.

Paranaguá Agradecida. — Inauguração da Estátua de Caetano Munhoz da Rocha em Paranaguá, c/Cel. José Gonçalves Lobo e Com. Dídio Iratim Affonso da Costa. Liv. Mundial. Curitiba. 1929.

A Significação do Paraná. A Cruzada. Curitiba. 1930.

Discurso de Parainfo. — (I. Santa Maria) — Curitiba 1940.

Variações e Unidade Americanas. Com. Prof. Hugo Simas. 1940.

Postulados e Fórmulas. Fac. Filosofia do Paraná. Curitiba. 1943.



Variações Sobre Kipling. Clube Literário de Paranaguá. Marinha. 1943.  
**Discurso de Parainfo.** Associação dos Antigos Alunos Maristas. 1944.  
 Território do Iguagu. Mesa Redonda. Formação. Rio 1946.  
 Território do Iguagu na Constituinte. Com. Dep. Lauro Lopes I. N. 1946  
 Imagem de Cristo na Câmara dos Deputados, Com. Dep. Gofredo Telles  
 Júnior e Pedro Vergara. Imprensa Nacional. Rio 1948.  
 Oliveira Martins, Ensaista Político. "Cultural "Minist. Educação Rio 1950.  
 Saudação aos Bispos do Mundo. Congresso Eucarístico Internacional.  
 Ser. Inf. Agrícola. Rio 1955.  
 Panorama Social do Brasil. Escola Superior de Guerra. Rio 1959.  
 Cidade Nacional do Rio de Janeiro. Imp. Nac. Rio 1959.  
 Participação dos Trabalhadores no Lucro das Empresas. Imp. Nac. Bra-  
 sília 1962.  
 Diretrizes da Ação Demográfica Parlamentar. Imp. Nac. Brasília. 1962.  
 Ação Democrática Parlamentar. "Ação Democrática" Rio 1962.  
 Idéias de Candidato. Comité de Professores. Curitiba. 1962.  
 A Marcha para o Futuro. Curitiba. 1965.  
 Recepção do Acadêmico; Com Manoel de Oliveira Franco Sobr. Curitiba.  
 1967.  
 Alguns Temas Atuais. No Anuário da Universidade Católica do Paraná.  
 1969.  
 Panorama Psico-Social do Paraná. A Educação-Associação dos Diploma-  
 dos da Escola Superior de Guerra. Curitiba. 1970.  
 Variações Sobre o Desenvolvimento — Boletim Bamerindus. Abril 1971.  
 Homenagem da Faculdade de Direito de Curitiba. 1970.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 285-71

AUTOR: — Deputado Erondy Silvério.

SÚMULA: — Outorga o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto.

## PARECER

1) — Com o presente plano de lei visa o nobre deputado Erondy Silvério a outorgar ao Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, quer como homem público, quer como intelectual, por si só basta para justificar o acerto e a oportunidade desta Proposição. Não se faz necessário aqui relembrar o extraordinário "curriculum vitae" desse ilustre paranaense, que de professor universitário a Governador do Estado e Ministro da Agricultura projetou-se sempre como um homem digno, honrado e capaz.

3) — Assim sendo, é com grata satisfação que opinamos pela aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Cândido M. de Oliveira — Luiz Roberto Soares — Mauricio

Fruet — Emilio Carazzai — Santos Lima — Muggiati Filho.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 103.71, fica aprovado Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

MENSAGEM N.º 46.71

## PROPOSIÇÃO N.º 103.71

Curitiba, 22 de novembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 11 de maio de 1971, entre o Instituto Brasileiro do Café, representado pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior em Cursos de Pós-Graduação em Escolas do país.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6-72

Termo de Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, representado pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior em cursos de pós-graduação em escolas do país.

O Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA, criado pelo Decreto n.º 79, de 26 de outubro de 1961, representado pelo seu Presidente Doutor Mario Pentecado de Faria e Silva, também Presidente do GERCA, e seu Diretor Doutor João Ribeiro Júnior, devidamente autorizado pelo seu Conselho Deliberativo e em concordância com o artigo 2.º daquele Decreto, põe a disposição da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu

titular Doutor Carlos Affonso Meissner Osório, os recursos necessários para o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior do Estado em cursos de Pós-Graduação em Escolas do País.

**Cláusula Primeira** — O programa será executado sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, que será a executora do programa, com os recursos estabelecidos na Cláusula Segunda.

**Cláusula Segunda** — O IBC-GERCA colocará os recursos em Conta de Depósitos na Agência do Banco do Brasil S. A. (Agência de Curitiba Pr.), vinculada à execução do programa, no valor de Cr\$ 106.800,00 (cento e seis mil e oitocentos cruzeiros).

**Cláusula Terceira** — As retiradas dos auxílios serão mensais e feitas de acordo com o Plano de Aplicação aprovado pelo GERCA, que passa a fazer parte integrante deste não podendo ser superior a Cr\$ 600.00 (seiscentos cruzeiros) mensais por beneficiado, em qualquer dos casos.

**Parágrafo Único** — Qualquer modificação nesse Plano de Aplicação de ver será justificada pelo executor do Convênio e submetida, previamente, à Secretaria Executiva do GERCA, que deliberará a respeito.

**Cláusula Quarta** — A Secretaria da Agricultura deverá fazer a prestação de contas ao IBC-GERCA, ao final de 1971, acompanhada de relatório circunstanciado do aproveitamento dos técnicos nos seus respectivos cursos de pós-graduação, para terem direito ao prosseguimento do auxílio no ano de 1972.

**Cláusula Quinta** — A Secretaria da Agricultura deverá prestar informações ao GERCA, apresentar comprovantes sempre que lhe forem solicitados e relatório final, quando do encerramento do presente Convênio.

**Cláusula Sexta** — O IBC-GERCA poderá promover, em qualquer tempo, a verificação e fiscalização do andamento do programa, obrigando-se a Secretária da Agricultura a facilitar e fornecer todos os meios necessários à sua perfeita execução.

**Cláusula Sétima** — Se por qualquer motivo o beneficiado não puder continuar o curso, o auxílio fica automaticamente cancelado, revertendo o saldo ao IBC-GERCA.

**Parágrafo único** — O técnico só fará jus ao benefício se estiver frequentando normalmente o curso em que se matriculou.

**Cláusula Oitava** — O IBC-GERCA concederá Cr\$ 106.800,00 (Cento e seis mil e oitocentos cruzeiros) para o citado programa, a ser destacada do item 3 da Resolução n.º 99, aprovada pelo Conselho Deliberativo, não assumindo qualquer compromisso de conceder recursos futuros para a complementação do programa. O IBC-GERCA estará isento de qualquer responsabilidade trabalhista com os beneficiados que, sob qualquer título e em decorrência da execução do presente Convênio, preste serviço ou venha a ser admitido ou contratado, ficando tal responsabilidade a cargo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

**Cláusula Nona** — O não cumprimento de qualquer das Cláusulas implicará na rescisão do presente Convênio, revertendo ao IBC-GERCA o saldo existente na conta ora aberta, responsabilizando-se a Secretaria da Agricultura pela total integralização, em 30 (trinta) dias, da quantia depositada.

**Cláusula Décima** — O presente Convênio terá a vigência de 2 (dois) anos, a partir do dia 1.º de março de 1971.

**Cláusula Décima Primeira** — Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para qualquer ação decorrente deste Convênio, até mudança da sede do Instituto Brasileiro do Café para Brasília.

**Cláusula Décima Segunda** — O presente Convênio está isento do pagamento de quaisquer impostos, na conformidade da imunidade tributária, fixada no artigo 19, n.º III, letra "a", § 1.º da Carta Magna.

E, para validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo, pelo Secretário Geral do GERCA, e por mim, que o datilografei.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1971.

(aa) Mario Pentecado de Faria e Silva

João Ribeiro Júnior

Carlos Affonso Osório

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6-72

## Proposição N.º 103.71

AUTOR: — Poder Executivo — Mensagem n.º 46-71.

SÚMULA: — Mensagem encaminhando cópia autêntica de Convênio firmado em 11.5.71, entre o Instituto Brasileiro do Café — GERCA e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

## PARECER

Encaminha-se a esta Comissão, para os fins constitucionais, a Mensagem 46.71, que versa sobre o convênio entre o Instituto Brasileiro do Café, através de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA — e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

O objetivo do convênio, conforme se vê da "ementa" é o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior em cursos de pós-graduação em Escolas do País.

E mais não diz o convênio, sendo de se supor, conforme permissível inferência da cláusula primeira, que a Secretaria de Agricultura programe a utilização dos recursos a serem liberados pelo GERCA, como bem lhe aprouver.

Nesta perspectiva, é possível fazer pertinente reparo aos termos do ajuste ora examinado, os quais não definem com a clareza desejável os objetivos a que se propõem.

Contudo, sob enfoque jurídico-constitucional, nada há a reparar de vez que atende plenamente os princípios constitucionais consubstanciados em seu artigo 22, VII, conjugado com o artigo 47, IX.

Conclusivamente voto pela Aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Ovídio Franzoni, Cândido M. de Oliveira, Santos Lima e

Maurício Fruet

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 104.71, fica aprovado Convênio de ajuda financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), para ser aplicado no setor de ensino da Região. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.



**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R e s o l v e :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Ajuda Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), destinado à aplicação no setor do ensino da região.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7-72**

MENSAGEM N.º 47-71

Curitiba, 22 de novembro de 1971.

**PROPOSIÇÃO N.º 104-71**

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 11 de maio de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Piraquara.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

**N/CAPITAL**

Termo de Convênio de Ajuda Financeira que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Piraquara.

Aos onze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e hum na Seccional Jurídica da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pelo Sr. Haroldo Souto Carvalhido, Secretário de Educação e Cultura, deste Estado, e de outro a Prefeitura Municipal de Piraquara, deste Estado, neste ato representada pelo Sr. Manuel Alves Pereira, Prefeito Municipal, a seguir denominados, respectivamente, de Secretária e Município de Piraquara firmam o presente convênio de ajuda financeira ao ensino, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**PRIMEIRA**

A Secretaria, nos termos do art. 1.º, do Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967, concederá ao Município de Piraquara uma ajuda financeira no montante de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).

**SEGUNDA**

O Município de Piraquara obriga-se a empregar essa importância exclusivamente em benefício do ensino na região, podendo aplicá-la na aquisição de material, equipamento escolar, construção ou ampliação de prédios, e pagamento de professores.

**TERCEIRA**

Das importâncias recebidas o Município de Piraquara deverá prestar contas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento, sob pena de responsabilidade e de lhe ser vetado qualquer auxílio futuro perante esta Secretaria, além das demais sanções previstas no art. 23 e seguintes do mencionado Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967.

**QUARTA**

A Secretaria reserva-se o direito de fiscalizar, por seus órgãos competentes, na conformidade dos arts. 17 e 18 do mesmo Decreto.

**QUINTA**

A presente ajuda financeira correrá por conta do Programa n.º 500.01, subconsignação 31.4.0.17, empenhada na Contadoria Seccional sob n.º 1.284 e na Contadoria Geral do Estado sob n.º 13.159. Restos a pagar de 1968.

**SEXTA**

O presente Convênio só terá vigência plena após o competente registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, por haverem convenicionado foi lavrado o presente termo de cooperação, que será assinado pelas partes interessadas e por duas testemunhas, do qual se fornecerá traslado ao Município de Piraquara, à D.E.M.P., e a quem mais de direito.

(aa) Haroldo Souto Carvalhido — Secretário de Educação e Cultura

Manuel Alves Pereira — Prefeito Municipal

Testemunhas:

1 — Ilydalva O. Frederico

2 — Diva de Almeida

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROPOSIÇÃO N.º 7-72**

Proposição N.º 104-71

**PARECER**

O Governo do Estado estabeleceu, em 11 de maio de 1971, Convênio de Ajuda Financeira, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Piraquara, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para aplicação no setor do ensino da região.

O Convênio se ajusta formal e materialmente às exigências jurídicas e constitucionais, regentes da matéria.

O meu parecer é favorável, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Ovidio Franzoni

Luiz Roberto Soares

Cândido Martins de Oliveira

Santos Lima

Emílio Carazzai

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 8-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 105-71, fica aprovado Convênio celebrado em 1 de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de Eletrificação Rural. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8-72**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R e s o l v e :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Camargo — Cândido Martins de Oliveira — Luiz Roberto Soares

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 8-72**

MENSAGEM N.º 48-71

Curitiba, 22 de novembro de 1971.

Proposição n.º 105-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

**N/CAPITAL.**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, AUTARQUIA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DORAVANTE DENOMINADA APENAS INCRA-MA, EX-VI DO DECRETO-LEI N.º 1.110-70, E O DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADO APENAS DAEE/PR., PARA ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ.

Ao primeiro dia do mês de outubro de 1971, na sede do INCRA-MA, na cidade de Brasília, Distrito Federal, neste ato representado por seu Presidente, Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti, o Engenheiro Cássio B. de Macedo, Secretário da Secretaria de Viação e Obras Públicas e o Engenheiro Celso Fabricio de Mello, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, deliberaram assinar o presente Convênio, para aplicação de recursos em estudos e projetos e obras de eletrificação rural no Estado do Paraná, na forma da legislação vigente, cuja minuta foi aprovada pelo Conselho Diretor do INCRA-MA, mediante as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento o INCRA-MA, concede da DAEE-PR um financiamento na importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para estudos, projetos e obras de eletrificação rural na área de influência no Núcleo Leiteiro da Lapa, no Município da Lapa, no Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA — A importância prevista na cláusula primeira será liberada parceladamente, sendo a primeira parcela no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) logo após assinatura do presente Convênio e o saldo após a entrega e aprovação dos projetos dos sistemas elétricos pelo DDE (Divisão de Eletrificação Rural — INCRA-MA).

CLAUSULA TERCEIRA — Os recursos transferidos por força do presente Convênio correrão a conta do Orçamento do INCRA-MA, para o exercício de 1971, através da seguinte especificação — Projeto 10.5.10.1.39.00 — Eletrificação Rural — Elementos de Despesa — 4.2.5.0 Concessão de Empréstimos.

CLAUSULA QUARTA — O DAEE-PR se obriga a concluir dentro do prazo máximo de 3 (três) meses os estudos e projeto de sistemas elétricos definitivos e, de 12 (doze) meses, as obras convencionadas ajustadas às parcelas de recursos liberadas ao projeto aprovado.

CLAUSULA QUINTA — O DAEE-PR, resgatará o financiamento em 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas calculadas pela Tabela Price a juros de 9% (nove por cento) ao ano (Índice 12.6674) com 2 (dois) anos de carência, acrescidas de juros de 9% (nove por cento) ao ano sobre o financiamento total durante o prazo de carência.

PARAGRAFO PRIMEIRO — O valor das prestações mensais consecutivas nas condições acima estabelecidas é de Cr\$ 2.833,48 (dois mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e quarenta e oito centavos) vencendo a primeira prestação 2 (dois) anos após a liberação total dos recursos.

PARAGRAFO SEGUNDO — Se houver atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos no pagamento de quaisquer das prestações, o INCRA-MA poderá exigir o pagamento imediato de todo o valor do financiamento, deduzidas as prestações já pagas e executado o restante da dívida de acordo com as cláusulas do presente instrumento. Neste caso os juros sobre o saldo devedor serão contados a taxa de 10% (dez por cento) ao ano, a partir da data do vencimento da prestação cujo atraso deu origem a execução, ficando ainda o DAEE-PR, obrigado ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante exigível, inclusive juros.



**CLAUSULA SEXTA** — O DAEE-PR só aplicará os recursos oriundos deste Convênio em regiões em que os beneficiários geralmente organizados em cooperativas de eletrificação rural.

**CLAUSULA SETIMA** — Os recursos do INCRA-MA somente poderão ser aplicados em Linha de Transmissão de Alta Tensão das quais, eventualmente se possa beneficiar Vilas e Povoados, se passarem por tais núcleos populacionais e desde que os respectivos núcleos, que delas se pretendem beneficiar, contraiam mediante convênios para a implantação dessas linhas de transmissão na proporção dos custos a elas atribuídos.

**CLAUSULA OITAVA** — O DAEE-PR poderá efetuar, no todo ou em parte, o refinanciamento dos recursos recebidos, por força do presente Convênio, às pessoas e entidades, mencionadas às Cláusulas Sexta e Sétima, a uma taxa de juros máxima de 10% (dez por cento) ao ano com resgate no prazo de 10 anos e com o prazo de carência de (hum) ano, a contar da data de assinatura de contrato.

**CLAUSULA NONA** — As condições e resultados decorrentes do refinanciamento, como definido anteriormente, em nada alterarão as responsabilidades do DAEE/PR, relativas ao pagamento do financiamento concedido ao INCRA-MA.

**CLAUSULA DÉCIMA** — O DAEE-PR se obriga a apresentar ao INCRA-MA, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da primeira parcela, cópia autêntica do contrato com a cooperativa para execução das obras, e o comprovante da existência legal da mesma.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O financiamento concedido pelo INCRA-MA, ao DAEE-PR deverá ser reavaliado à mesma época e na mesma proporção em que o DAEE-PR fizer com relação aos refinanciamentos concedidos à Cooperativa, como constatado pelos contratos de execução de obras a serem apresentados ao INCRA-MA, na forma da Cláusula Décima.

**PARAGRAFO ÚNICO** — A reavaliação preconizada nesta cláusula poderá diferir da que constar nos contratos de refinanciamento, desde que surja legislação que a determine especificamente e incidirá tão-somente sobre o saldo devedor.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — As obras financiadas através deste Convênio deverão ser executadas consoante os padrões consagrados de Linhas e Redes de Distribuição, já existentes, ou que venham a ser implantadas durante o período de aplicação dos recursos concedidos ao DAEE-PR pelo INCRA-MA, desde que não tenham sido dado início aos trabalhos de construção.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA** — Os orçamentos das obras de eletrificação rural deverão dar cobertura aos custos, dos materiais incluindo transporte, mão-de-obra e administração.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA** — O INCRA-MA poderá em qualquer época, exercer a mais ampla fiscalização sobre o correto emprego dos recursos colocados à disposição do DAEE-PR, seja verificando os registros contábeis, seja inspecionando diretamente os trabalhos de construção dos sistemas elétricos, correndo todas as despesas por conta do DAEE-PR.

**PARAGRAFO ÚNICO** — Para perfeita execução desta Cláusula, o DAEE-PR deverá facilitar por todos os meios, a ação do INCRA-MA, colocando a sua disposição todos os elementos e pessoas necessárias.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA** — Sem prejuízo da autonomia administrativa, operacional e financeira das partes contratantes, o Ministério da Agricultura através de seus órgãos centrais exercerá Fiscalização e Controle do presente instrumento.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA** — O DAEE-PR se obriga a apresentar ao INCRA-MA, trimestralmente, a partir da liberação dos recursos, o balanço de andamento das obras, configurando os Km construídos, os KVA instalados, o número de propriedades ligadas, os recursos aplicados e quaisquer outros dados complementares capazes de situar o andamento das obras.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA** — O Presidente do INCRA-MA nomeará um executor para o presente Convênio podendo sua escolha recair em um servidor da Autarquia ou em um funcionário público federal, vinculado ao Ministério da Agricultura.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA** — Se por qualquer motivo o DAEE-PR não receber todas as parcelas do financiamento contratado, no prazo de 2 (dois) anos, fica rescindido o presente Convênio, celebrado novo convênio para os necessários ajustes financeiros e outros.

**CLAUSULA DÉCIMA NONA** — O presente Convênio poderá ser editado pelo consenso das partes e denunciado a qualquer tempo pelo inadimplemento do DAEE-PR de qualquer uma das suas cláusulas.

**CLAUSULA VIGÉSIMA** — Fica eleito o Foro da cidade de Brasília — D.F., para solução de questões relativas a este Convênio quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes signatárias.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente convênio em 10 (dez) vias datilografadas, de igual teor e forma, obedecendo as disposições legais e na presença das testemunhas abaixo.

aa) JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI

Presidente do INCRA-MA

CASSIO B. DE MACEDO

Secretário de Viação e Obras Públicas

CELSON FABRÍCIO DE MELO

Diretor do DAEE-PR

TESTEMUNHAS:

(As. Ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 105-71

**SUMULA:** — Mensagem n. 48-71 encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 1-10-71 entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de eletrificação rural.

**PARECER**

Pela Mensagem n. 48-71, o Poder Executivo submete ao exame do Poder Legislativo, os termos do Convênio firmado pelo I.N.C.R.A. e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, com a finalidade de estudar o inadiável problema de eletrificação rural.

Celebrado com obediência aos princípios constitucionais e legais, somos pela ratificação do mesmo na forma do Projeto de Resolução anexo. Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo, Cândido Martins de Oliveira,

Emílio Carazzini, Maurício Fruct

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja trans-

crito na Ata dos trabalhos de hoje notícia divulgada no Jorral "O Estado de São Paulo", que traz o seguinte título "Quer Redivisão da Amazônia". — **Aprovado** (A transcrição solicitada está contida na Ata da Sessão do dia 22-5-72).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios do Governo, no sentido de que seja precedida a devolução, aos integrantes do Magistério, dos valores de descontos até aqui feitos sobre seus vencimentos. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado sugestão ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Transportes, no sentido de que elaborem estudos visando o asfaltamento da rodovia Londrina-Bela Vista do Paraíso-Alvorada do Sul, com a construção de nova ponte sobre o Rio Paranapá-nema. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., no sentido de que seja determinada a continuidade do trabalho iniciado na gestão do engenheiro Plínio Anciutti. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja endereçado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja autorizado a FUNDEPAR, a firmar convênio com a Comissão Educacional Progresso de Ivaiporã — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Lei n. 9-72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct constante do Expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Governador do Estado, ante-projeto criando o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo excelente trabalho desenvolvido no Município de Tijucas do Sul, com a implantação da Fundação Rural. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Superintendente da Fundepar, no sentido de que aquelas autoridades estudem a possibilidade de ser criado um Ginásio Estadual na localidade de Bela Vista. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacometti, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de sua Exa. determine à Diretoria do Serviço de Defesa Sanitária Animal — Equipe Técnica Coordenadora Antiaftosa, a utilização de recursos próprios do órgão, na demonstração da eficácia do produto descoberto pelo Prof. Garças do Nascimento. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Julieta Carvalho Rauen. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel e outros constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Julieta Carvalho Rauen. — **Aprovado**.

Ofício de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo desta Casa e por deliberação de seus membros, em reunião realizada em data de hoje, e tendo em vista, a realização no próximo mês de junho, em Brasília, da Reunião Oficial de Turismo, a indicação pelas Lideranças do nome de cinco Deputados para, juntamente com os membros desta Comissão, visitarem Foz do Iguaçu. — **Aprovado**.

Ofício de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando sejam indicados três nomes de Deputados para participarem da reunião oficial de Turismo do País, nos dias 5, 6, 7, 8 e 9 de junho próximo vindouro. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado telegrama ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, com sede na Guanabara, no sentido de que representantes da referida Comissão, sejam admitidos na 1a. Reunião Oficial de Turismo. — **Aprovado**.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Já foi encerrada a discussão e aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, peço que conste na Ata o meu voto contra este Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para a próxima sexta-feira, dia 26, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

**Redação Final** — Dos Projetos de Lei ns. 87—70, 176—70, 197—70, 198—70, 34—71, 206—70, 212—70, 222—70, 281—70, 292—70, 9—71, 35—71, 2—72, 5—72 e do Projeto de Resolução n.º 3—72.

A Presidência convoca uma Sessão Extraordinária para segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

**Discussão Única** — da Proposição n. 34-72.

Lembra ainda que haverá Sessão Solene amanhã, dia 25, às 15,00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Gotardo Botarelli, ex-Cônsul da Itália no Paraná.

Levanta-se a sessão.